ASSEMBLEIA NACIONAL

ANUÁRIO PARLAMENTAR 2011 - 2012

PRAIA
2012

FICHA TÉCNICA

Título

Anuário Parlamentar 2011 - 2012

Organização
Direcção de Serviços de Documentação
Direcção de Serviços Parlamentares
Assessoria de Imprensa do Presidente da AN

Editor
Assembleia Nacional

Colaboração
GRPI, GP, DSAF

Revisão
Divisão de Redacção e Audiovisual

Composição Gráfica e Capa
Divisão de Documentação e Informação Parlamentar

Fotografia
Divisão de Documentação e Informação Parlamentar

Impressão
Tipografia Santos

Data
Dezembro 2012, Praia

Tiragem
500

ÍNDICE

Siglas: 5
Composição da Mesa da Assembleia Nacional 7
Nota de Abertura 9

O PRESIDENTE, A MESA E OS DEPUTADOS À ASSEMBLEIA NACIONAL 11
Mesa da Assembleia Nacional 13
Os Deputados à Assembleia Nacional 15
Estatística da Gestão de Mandato dos Deputados 18

REUNIÕES DO PLENÁRIO E DE OUTROS ÓRGÃOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL 25
Mesa da Assembleia Nacional 27
Sessões Plenárias 27
Comissões Especializadas 28
Comissões Eventual de Reforma do Parlamento 30
Conselho de Administração 37

GRUPOS PARLAMENTARES 39
Grupo Parlamentar do PAICV 42
Grupo Parlamentar do MPD 45
Deputados da UCID 47

INICIATIVAS LEGISLATIVAS E DE RESOLUÇÕES 51
Propostas de Lei 53
Resoluções – Tratados 55

PROCESSO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA 59
Debates Sobre Questões de Política Interna e Externa 61
Interpelações ao Governo 62
Perguntas ao Governo 62
Processo de Orçamento, Planos e Contas do Estado 64

DECLARAÇÕES POLÍTICAS 65

PETIÇÕES 69

ANUÁRIO PARLAMENTAR 2011-2012

RELAÇÕES EXTERNAS 73
Instituições Parlamentares Internacionais 76
Actividade Parlamentar Internacional 85

REDES PARLAMENTARES 93
Rede de Mulheres Parlamentares 95
Rede Parlamentar para o Meio Ambiente e a Luta Contra a Desertificação e a Pobreza 97
Rede para População e Desenvolvimento 100

ACTIVIDADES DO PRESIDENTE 103
Visitas e Deslocações 105
Audiências 107

ANEXOS 109
Leis Aprovadas 111
Resoluções 112

SIGLAS:

ACP - UE - África Caraíbas e Pacífico - União Europeia

AP ACP - Assembleia Parlamentar África, Caraíbas e Pacífico

APP ACP - UE - Assembleia Parlamentar Paritária África, Caraíbas e Pacífico - União Europeia

AN - Assembleia Nacional

APP - Assembleia Parlamentar Paritária

ASG - PLP - Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental

CNE - Comissão Nacional de Eleições

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRCV – Constituição da República de Cabo Verde

ENA – Escola Nacional de Administração

FPLP - Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa

GP - Grupo Parlamentar

ICPD – Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento

MPD - Movimento para a Democracia

PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

UA - União Africana

UE - União Europeia

UCID - União Cabo-verdiana Independente e Democrática

UIP - União Inter Parlamentar

RP – Reunião Plenária

COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA NACIONAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL

Basílio Mosso Ramos

VICE-PRESIDENTES

Júlio Lopes Correia

Carlos Alberto Wahnon de Carvalho Veiga

SECRETÁRIOS

Nilda Maria Gonçalves de Pina Fernandes

Austelino Tavares Correia

Hermes Silva dos Santos

Basílio Mosso Ramos
Presidente da Assembleia Nacional

Júlio Lopes Correia
1º Vice – Presidente

Carlos Alberto Wahnon de Carvalho Veiga
2º Vice – Presidente

Nilda Maria Gonçalves de Pina Fernandes
Secretária

Austelino Tavares Correia
Secretário

Hermes Silva dos Santos
Secretário

NOTA DE ABERTURA

Este é o Anuário Parlamentar 2011 - 2012 e referente ao período de tempo de Outubro de 2011 a Julho de 2012. Tenho o prazer de, em breves linhas, dar a conhecer aos estimados leitores, e de forma sucinta, o conteúdo que poderão desfrutar ao longo das suas 114 páginas.

Esta edição retrata a vida parlamentar no período em referência, dando ênfase aos dados estatísticos mais relevantes. Desta vez, algumas rubricas foram tratadas de forma mais pormenorizada, como é o caso do quadro estatístico da gestão de mandato de Deputados e as Sessões Plenárias. Da mesma forma, há referências à formação académica e à idade dos Deputados. **Atendendo à relevância que atribuímos ao processo de Reforma Parlamentar, em curso, julgamos também pertinente fornecer aos destinatários desta publicação, informações relativas às suas diversas facetas e alcance.**

Mesmo com a disponibilização de mais elementos, houve a preocupação em garantir uma consulta e uma leitura acessível, fácil e prazerosa, fornecendo mais detalhes sem se tornar repetitivo, procurando ser sintético através do recurso, em grande parte, a gráficos, quadros e dados estatísticos.

Tendo em conta a relevância da Casa Parlamentar na vida política do País, concomitante com as exigências de transparência e o princípio de prestação de contas, que são inerentes às sociedades democráticas, este Anuário é uma peça que possibilitará a todos uma ampla visão sobre o funcionamento do Parlamento, através de informações sobre os seus mais diversos aspectos.

A todos os destinatários deste Anuário – cidadãos em geral, Parlamentares, membros do Governo, Instituições públicas e privadas, docentes universitários, estudantes, profissionais da Comunicação Social –, faço votos de uma leitura profícua.

Basílio Mosso Ramos
Presidente da Assembleia Nacional
21 de Dezembro de 2012

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

O PRESIDENTE, A MESA E OS DEPUTADOS À ASSEMBLEIA NACIONAL

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

MESA DA ASSEMBLEIA NACIONAL

A Mesa da Assembleia é composta pelo Presidente, dois Vice-Presidentes e dois a quatro Secretários. O Presidente é eleito de entre candidatos propostos por um mínimo de quinze e um máximo de vinte Deputados. Os Vice-Presidentes e os Secretários são eleitos por sufrágio de lista completa e nominativa.

Cada um dos dois maiores grupos parlamentares propõe um Vice-Presidente. Cada um dos grupos parlamentares com dez ou mais deputados propõe, pelo menos, um Secretário. Os membros da Mesa da Assembleia Nacional são eleitos por toda a legislatura, nos termos do Regimento da Assembleia Nacional. Os membros da Mesa, enquanto se mantiverem no exercício das suas funções, não poderão fazer parte da direcção de grupos parlamentares, nem integrar qualquer comissão especializada ou eventuais. (Artigo 145º da CRCV)

Composição actual da Mesa

Presidente da Assembleia Nacional, Basílio Ramos Mosso
1º Vice-Presidente, Júlio Lopes Correia
2º Vice-Presidente, Carlos Alberto Wahnon de Carvalho Veiga
Secretária, Nilda Maria Gonçalves de Pina Fernandes
Secretário, Austelino Tavares Correia
Secretário, Hermes Silva Santos

Quanto às Reuniões Plenárias

Nos termos do artigo 23º do Regimento, compete ao Presidente: presidir as reuniões plenárias, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos; conceder a palavra aos Deputados e aos membros do Governo e assegurar a ordem dos debates; dar oportuno conhecimento aos Deputados das mensagens, informações e convites que lhe sejam dirigidos e submeter à discussão e votação as propostas e os requerimentos admitidos.

Quanto aos Deputados (artigo 24º)

Compete ao Presidente, julgar as justificações das faltas dos Deputados às reuniões plenárias; deferir os pedidos de substituição temporária nos termos do artigo 2º; receber e mandar publicar as declarações de renúncia ao mandato; promover as diligências necessárias à verificação de poderes dos Deputados; dar

seguimento aos requerimentos apresentados pelos Deputados ao abrigo do artigo 4º e outros previstos na lei e neste Regimento.

E ainda, relativamente a outros órgãos, compete-lhe remeter ao Presidente da República os diplomas legislativos aprovados pela Assembleia Nacional para efeitos de promulgação; comunicar ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro os resultados das votações de moções de confiança e de censura; marcar, em coordenação com o Governo, as reuniões plenárias em que os seus membros estarão presentes para responder às perguntas e interpelações dos Deputados e assinar os documentos expedidos em nome da Assembleia Nacional.

Competências dos Vice-Presidentes

Nos termos do artigo 31º do Regimento da Assembleia Nacional, compete aos Vice-Presidentes assumir a presidência da Assembleia Nacional, nos casos de falta ou impedimento do Presidente, cumprir as funções que lhes forem delegadas pelo Presidente, nomeadamente as de representação. Compete, ainda, aos Vice-Presidentes coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções, bem como assumir funções de representação sempre que lhes sejam incumbidas pelo Presidente.

Competências dos Secretários

Compete aos Secretários proceder à verificação das presenças dos Deputados e do quórum, registar o resultado das votações, bem como proceder às leituras indispensáveis no decurso das reuniões plenárias. Cabe, ainda, aos Secretários organizar a inscrição dos oradores, ordenar as matérias a submeter à votação, promover a redacção, revisão e correcção das actas das reuniões plenárias; servir de escrutinadores, coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções e qualquer outra competência que lhes seja delegada pelo Presidente.

OS DEPUTADOS À ASSEMBLEIA NACIONAL

Os Deputados, como representantes do Povo, mantêm estreito contacto com os círculos por que foram eleitos. Exercem um papel de intermediação entre os cidadãos e a Administração Pública. O Deputado representa os seus eleitores na defesa dos seus interesses e faz valer as suas necessidades junto do Governo.

O mandato dos eleitos nacionais inicia-se com a primeira reunião da Assembleia Nacional, após as eleições, e termina com a primeira reunião, após as eleições seguintes.

Da Eleição dos Deputados à Assembleia Nacional

(Artigo 115º da Constituição da República de Cabo Verde)

Os Deputados são eleitos por listas em cada colégio eleitoral. O número de candidatos efectivos em cada lista proposta à eleição deverá ser igual ao número dos mandatos atribuídos ao respectivo colégio eleitoral.

O número de candidatos suplentes deverá ser, no máximo, igual ao número dos mandatos atribuídos ao respectivo colégio eleitoral não podendo nunca ser inferior a três.

O número de Deputados por cada colégio eleitoral é proporcional ao número de eleitores inscritos, não podendo, porém, ser inferior a um mínimo estabelecido por lei e sem prejuízo do disposto no número 2 do artigo 141º.

Papel dos Deputados

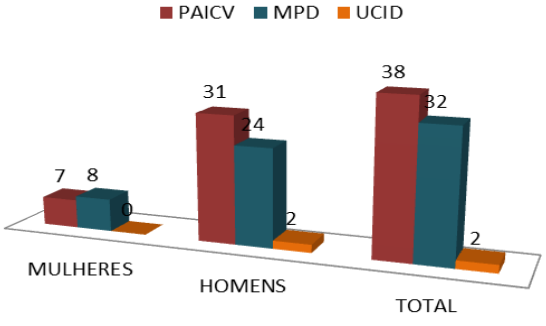
Os Deputados têm como principal actividade a participação no processo legislativo.

Nesse processo eles estudam, analisam e votam os projectos e as propostas de lei, bem como as resoluções e outros actos submetidos à Assembleia Nacional. A actividade dos Deputados é exercida nas jornadas parlamentares, (reuniões preparatórias de cada Grupo Parlamentar antes das sessões plenárias), nas comissões especializadas e no Plenário.

Como controladores da actividade governativa, os Deputados dispõem de diversos meios para questionar os actos do Governo, da Administração, de qualquer entidade pública, ou sobre qualquer assunto de interesse para a vida do País.

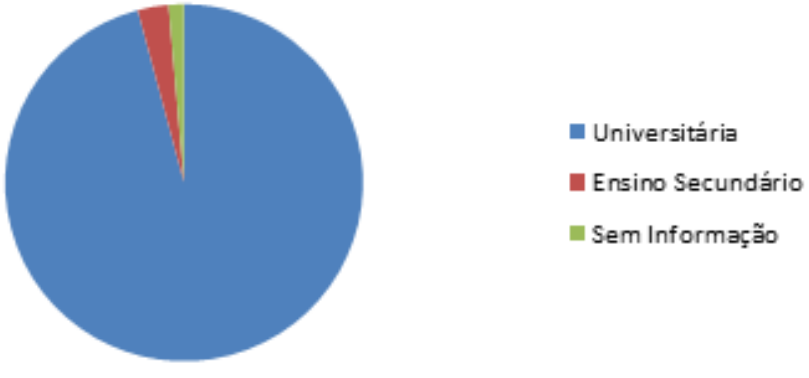
Composição da Assembleia Nacional por Género

A participação feminina na vida parlamentar do País vem aumentando significativamente. Nas últimas eleições legislativas de 2011, foram eleitas quinze (15) mulheres para o cargo de Deputado.



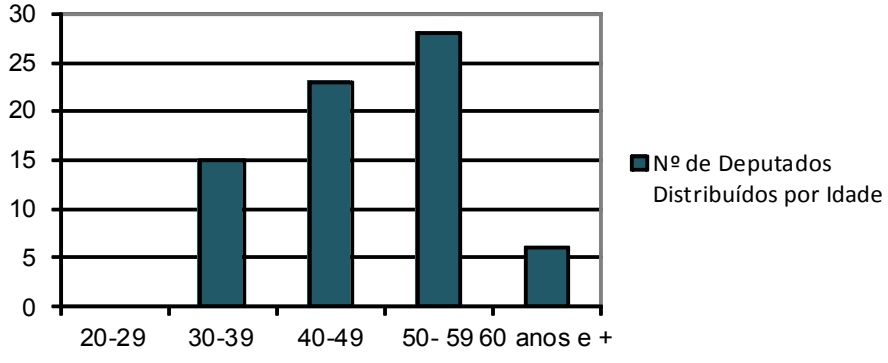
Formação Académica

Os Deputados eleitos para a VIII Legislatura são provenientes de diferentes meios profissionais. Sessenta e nove (69) têm formação universitária e dois (2) Ensino Secundário e um (1) sem informação relativamente às habilitações literárias.



Distribuição dos Deputados por Idade

O Deputado eleito mais jovem tem 31 anos e o mais idoso tem 64 anos



Estatística da Gestão de Mandato dos Deputados

Nº	DEPUTADO EFECTIVO	CIRCULO ELEITORAL	PARTIDO	INÍCIO DE SUSPENSÃ
1	José Maria Pereira Neves	Santiago Sul	PAICV	11 - 03 - 2011
2	Sidónio Fontes Lima Monteiro	Fogo	PAICV	11 - 03 - 2011
3	Lívio Fernandes Lopes	Fogo	PACV	11 - 03 - 2011
4	José Maria Fernandes da Veiga	Santiago Norte	PAICV	11 - 03 - 2011
5	Janira Isabel Fonseca Hopffer Almada	Santiago Sul	PAICV	11 - 03 - 2011
6	Humberto Santos de Brito	Santiago Norte	PAICV	11 - 03 - 2011
7	António Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva	Santiago Sul	PAICV	11 - 03 - 2011
8	Felisberto Alves Vieira	Santiago Sul	PAICV	a)
9	Rui Mendes Semedo	Santiago Sul	PAICV	a)
8	Moisés António do Espírito Santo Tavares Borges	Santiago Norte	PAICV	11 - 03 - 2011
9	Cândido Barbosa Rodrigues	Américas	MPD	
10	José Emanuel Tavares Moreira	Santiago Norte	PAICV	11 - 03 - 2011
11	Ilídio Alexandre da Cruz	Santo Antão	PAICV	d)
12	Franklim do Rosário Spencer	São Vicente	PAICV	e)
13	Nuías Mendes Barbosa da Silva	Santiago Sul	PAICV	e)
13	Estevão Barros Rodrigues	África	PAICV	12 - 05 - 2011
14	Aristides Raimundo Lima	Boavista	PAICV	23 - 05 - 2011
15	Cândido Barbosa Rodrigues	Américas	MPD	g)
16	Aristides Raimundo Lima	Boavista	PAICV	05 - 06 - 2011
17	Vanusa Tatiana Fernandes Cardoso	Santiago Norte	PAICV	e)
17	Cândido Barbosa Rodrigues	Américas	MPD	g)
18	Basílio Mosso Ramos	Sal	PAICV	f)
19	Euclides Eurico Nunes de Pina	Santiago Sul	PAICV	01 - 09 - 2011
20	Suzete Soares Moniz	Santiago Norte	PAICV	01 - 09 - 2011

O	DEPUTADO SUBSTITUTO	TÉRMINO DE SUSPENSÃO	PUBLICAÇÃO B.O. SERIE
	Cláudia Sofia Marques Rodrigues		BO Nº 12, I Série, de 04 - 04 - 2011
	a)		2ºSup. BO Nº 10, I Série, 19 - 03 - 2011
	a)		2ºSup. BO Nº 10, I Série, 19 - 03 - 2011
	Alcídio Gonçalves Tavares		2ºSup. BO Nº 10, I Série, 19 - 03 - 2011
	Euclides Vaz Cardoso Centeio		2ºSup. BO Nº 10, I Série, 19 - 03 - 2011
	José Manuel Sanches Tavares		2ºSup. BO Nº 10, I Série, 19 - 03 - 2011
	Graça Maria Lopes de Carvalho Sanches		BO Nº 13, I Série, de 11 - 04 - 2011
	Dúnia Alice Monteiro de Almeida Pereira		BO Nº 12, I Série, de 04 - 04 - 2011
	Maria Fernanda Mendes Varela		BO Nº 12, I Série, de 04 - 04 - 2011
	Pedro Amante de Ramiro Furtado		BO Nº 14, I Série, de 18 - 04 - 2011
	José Cristiano de Jesus Monteiro		BO Nº 15, I Série, de 02 - 05 - 2011
	Suzete Soares Moniz		BO Nº 15, I Série, de 02 - 05 - 2011
	Joselito Monteiro Fonseca	31 - 12 - 2011	BO Nº 15, I Série, de 02 - 05 - 2011
	Paulo Noel Rendall Leite de Oliveira Martins		BO Nº 19, I Série, de 06 - 06 - 2011
	Julião Correia Varela		BO Nº 19, I Série, de 06 - 06 - 2011
	José Lopes Mendes	31 - 05 - 2011	BO Nº 18, I Série, de 24 - 05 - 2011
	Walter Emanuel da Silva Évora		BO Nº 19, I Série, de 06 - 06 - 2011
	Rui Medina Delgado		BO Nº 19, I Série, de 06 - 06 - 2011
	Walter Emanuel da Silva Évora		B.O. Nº 24, I Série, de 18 - 07 - 2011
	Carlos Tavares Rodrigues		B.O. Nº 24, I Série, de 18 - 07 - 2011
	Rosendo Évora Brito		B.O. Nº 24, I Série, de 18 - 07 - 2011
	Constantino Fernandes Belchior		B.O. Nº 24, I Série, de 18 - 07 - 2011
	Julião Correia Varela	10 - 09 - 2011	B.O. Nº 31, I Série, de 12 - 09 - 2011
	Maria Ivone dos Reis Fortes	10 - 09 - 2011	B.O. Nº 31, I Série, de 12 - 09 - 2011

Nº	DEPUTADO EFECTIVO	CIRCULO ELEITORAL	PARTIDO	INÍCIO DE SUSPENSÃ
21	Alexandre José Duarte Fonseca Pacheco Novais	São Vicente	PAICV	01 - 09 - 2011
22	Felisberto Alves Vieira	Santiago Sul	PAICV	
23	Pedro Alexandre Tavares Rocha	Santiago Norte	MPD	07 - 09 - 2011
24	Emanuel Alberto Duarte Barbosa	Europa	MPD	07 - 09 - 2011
25	Leão Monteiro Lopes	Santo Antão	MPD	07 - 09 - 2011
26	Anilda Ineida Monteiro Tavares	Santiago Sul	MPD	g)
27	Cândido Barbosa Rodrigues	Américas	MPD	g)
28	Adalberto Higino Tavares Silva	Santiago Sul	MPD	12-10 - 2011
29	Sidónio Fontes Lima Monteiro	Américas	PAICV	17 - 10 - 2011
30	Estêvão Barros Rodrigues	África	PAICV	17 - 10 - 2011
31	Alexandre José Duarte Fonseca Pacheco Novais	São Vicente	PAICV	20 - 10 - 2011
32	Cândido Barbosa Rodrigues	Américas	MPD	g)
33	Daniel Augusto Melo Lima Évora	Sal	MPD	g)
34	Estêvão Barros Rodrigues	África	PAICV	14 - 11 - 2011
35	Paulo Noel Rendall Leite de Oliveira Martins	São Vicente	PAICV	13 - 11 - 2011
36	Cândido Barbosa Rodrigues	Américas	MPD	g)
37	Daniel Augusto Melo Lima Évora	Sal	MPD	g)
38	Cláudia Sofia Marques Rodrigues	Santiago Sul	PAICV	21 - 11 - 2011
39	Paulo Noel Rendall Leite de Oliveira Martins	São Vicente	PAICV	
40	Estêvão Barros Rodrigues	África	PAICV	d)
41	Eurico Correia Monteiro	Fogo	MPD	12 - 12 - 2011
42	Sidónio Fontes Lima Monteiro	Américas	PAICV	22 - 01 - 2012
43	Ilídio Alexandre da Cruz	Santo Antão	PAICV	d)
44	Emanuel Alberto Duarte Barbosa	Europa	MPD	20 - 01 - 2012
45	Sidónio Fontes Lima Monteiro	Américas	PAICV	24 - 02 - 2012

O	DEPUTADO SUBSTITUTO	TÉRMINO DE SUSPENSÃO	PUBLICAÇÃO B.O. SERIE
	Óscar David Fonseca Melício	10 - 09 - 2011	B.O. Nº 31, I Série, de 12 - 09 - 2011
	b)		B.O. Nº 31, I Série, de 12 - 09 - 2011
	António Varela Semedo	16 - 09 - 2011	B.O. Nº 32, I Série, de 26 - 09 - 2011
	Elsa Maria Soares	16 - 09 - 2011	B.O. Nº 32, I Série, de 26 - 09 - 2011
	Francisco António Dias	16 - 09 - 2011	B.O. Nº 32, I Série, de 26 - 09 - 2011
	Anabela Semedo Fernandes Tavares		B.O. Nº 32, I Série, de 26 - 09 - 2011
	José Cristiano de Jesus Monteiro		B.O. Nº 32, I Série, de 26 - 09 - 2011
	Milton Nascimento de Sena Paiva	28 - 10 - 2011	B.O. Nº 36, I Série, 07 - 11 - 2011
	c)	28 - 10 - 2011	B.O. Nº 36, I Série, 07 - 11 - 2011
	José Lopes Mendes	28 - 10 - 2011	B.O. Nº 36, I Série, 07 - 11 - 2011
	Samila Évora Inocêncio	30 - 10 - 2011	B.O. Nº 36, I Série, 07 - 11 - 2011
	Mayra Suely Santos Silva		B.O. Nº 36, I Série, 07 - 11 - 2011
	Ildo José Rocha		B.O. Nº 36, I Série, 07 - 11 - 2011
	Ivete Helena Ramos Delgado Silves Ferreira	14 - 12 - 2011	B.O. Nº 39, I Série, 05 - 12 - 2011
	Samila Évora Inocêncio	10 - 12 - 2011	B.O. Nº 39, I Série, 05 - 12 - 2011
	Mayra Suely Santos Silva		B.O. Nº 39, I Série, 05 - 12 - 2011
	Ildo José Rocha		B.O. Nº 39, I Série, 05 - 12 - 2011
	Celestino Silva Mascarenhas	01 - 12 - 2011	B.O. Nº 39, I Série, 05 - 12 - 2011
	b)		Supl. B.O. Nº 42, I Série, 29 - 12 - 2011
	Ivete Helena Ramos Delgado Silves Ferreira	24 - 12 - 2011	Supl. B.O. Nº 42, I Série, 29 - 12 - 2011
	Lourenço Andrade Lopes	12 - 06 - 2012	B.O. Nº 6, I Série, de 31 - 01 - 2012
	c)	02 - 02 - 2012	B.O. Nº 8, I Série, de 09 - 02 - 2012
	Joselito Monteiro Fonseca		B.O. Nº 8, I Série, de 09 - 02 - 2012
	Elsa Maria Soares	30 - 01 - 2012	B.O. Nº 8, I Série, de 09 - 02 - 2012
	Alberto Alves	06 - 03 - 2012	B.O. Nº 12, I Série, de 28 - 02 - 2012

Nº	DEPUTADO EFECTIVO	CIRCULO ELEITORAL	PARTIDO	INÍCIO DE SUSPENSÃ
46	Estêvão Barros Rodrigues	África	PAICV	23 - 02 - 2012
47	Cândido Barbosa Rodrigues	Américas	PAICV	g)
48	Cândido Barbosa Rodrigues	Américas	MPD	21 - 03 - 2012
49	Adalberto Higino Tavares Silva	Santiago Sul	MPD	16 - 04 - 2012
50	Cândido Barbosa Rodrigues	Américas	MPD	17 - 04 - 2012
51	Daniel Augusto Melo Lima Évora	Sal	MPD	g)
52	José Maria Fernandes da Veiga	Santiago Norte	PAICV	h)
53	Estêvão Barros Rodrigues	África	PAICV	19 - 04 - 2012
54	Arnaldo Andrade Ramos	Europa	PAICV	21 - 05 - 2012
55	Cláudia Sofia Marques Rodrigues	Santiago Sul	PAICV	01 - 06 - 2012
56	Cândido Barbosa Rodrigues	Américas	MPD	21 - 05 - 2012
57	Daniel Augusto Melo Lima Évora	Sal	MPD	23 - 05 - 2012
58	Estêvão Barros Rodrigues	África	PAICV	24 - 06 - 2012
59	Eurico Correia Monteiro	Fogo	MPD	12 - 06 - 2012
60	Estêvão Barros Rodrigues	África	PAICV	16 - 07 - 2012
61	José Maria Fernandes da Veiga	Santiago Norte	PAICV	22 - 07 - 2012
62	José Emanuel Tavares Moreira	Santiago Norte	PAICV	01 - 10 - 2012
63	José Emanuel Tavares Moreira	Santiago Norte	PAICV	24 - 10 - 2012
64	Eurico Correia Monteiro	Fogo	MPD	18 - 10 - 2012
65	Cândido Barbosa Rodrigues	Américas	MPD	22 - 10 - 2012
66	Virgínia Baessa Cabral Gonçalves	Santiago Norte	PAICV	25 - 10 - 2012

a) Suspenso por ter sido membro do Governo b) Cessação de suspensão de mandato c) Não temos indicação do substituto d) Prorrogação de suspensão de mandato e) Suspenso por ter sido nomeado para um cargo incompatível com o de Deputado da Nação f) Suspenso por se encontrar em exercício do cargo de Presidente da República Interino g) Não temos informação relativo ao início e nem a término da suspensão de mandato h) Suspenso por ter sido candidato à Presidência da Câmara Municipal .
Actualizado em 23 de Novembro de 2012

O	DEPUTADO SUBSTITUTO	TÉRMINO DE SUSPENSÃO	PUBLICAÇÃO B.O. SERIE
	Ivete Helena Ramos Delgado Silves Ferreira	03 - 03 - 2012	B.O. Nº 12, I Série, de 28 - 02 - 2012
	Rui Medina Delgado		B.O. Nº 12, I Série, de 28 - 02 - 2012
	Mayra Suely Santos Silva	01 - 04 - 2012	B.O. Nº 22, I Série, 04 - 04 - 2012
	Milton Nascimento de Sena Paiva	31 - 05 - 2012	B.O. Nº 27, I Série, 11 - 05 - 2012
	José Cristiano de Jesus Monteiro	27 - 04 - 2012	B.O. Nº 27, I Série, 11 - 05 - 2012
	Ildo José Rocha		B.O. Nº 27, I Série, 11 - 05 - 2012
	Carlos Tavares Rodrigues		B.O. Nº 27, I Série, 11- 05 - 2012
	c)	28 - 04 - 2012	B.O. Nº 27, I Série, 11 - 05 - 2012
	Etelvina do Nascimento Teque		B.O. Nº 34, I Série, de 15 - 06 - 2012
	Julião Correia Varela	01 - 06 - 2013	B.O. Nº 34, I Série, de 15 - 06 - 2012
	Rosendo Évora Brito	01 - 06 - 2012	B.O. Nº 34, I Série, de 15 - 06 - 2012
	Ildo José Rocha	03 - 06 - 2012	B.O. Nº 34, I Série, de 15 - 06 - 2012
	c)	09 - 07 - 2012	B.O. Nº 43, I Série, de 26 - 07 - 2012
	Lourenço Andrade Lopes	12 - 10 - 2012	B.O. Nº 43, I Série, de 26 - 07 - 2012
	Ivete Helena Ramos Delgado Silves Ferreira	27 - 07 - 2012	B.O. Nº 49, I Série, de 21- 08 - 2012
	Carlos Tavares Rodrigues	02 - 08 - 2012	B.O. Nº 49, I Série, de 21 - 08 - 2012
			B.O. Nº 59, I Série, de 25 - 10 - 2012
	Suzete Soares Moniz		B.O. Nº 62, I Série, de 15 - 11 - 2012
	Lourenço Andrade Lopes	18 - 08 - 2013	B.O. Nº 62, I Série, de 15 - 11 - 2012
	Mayra Suely Santos Silva	02 - 11 - 2012	B.O. Nº 62, I Série, de 15 - 11 - 2012
	Carlos Tavares Rodrigues	10 - 11 - 2012	B.O. Nº 62, I Série, de 15 - 11 - 2012

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

REUNIÕES DA MESA, COMISSÃO PERMANENTE E CONFERÊNCIA DE REPRESENTANTES

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

REUNIÕES DA MESA, COMISSÃO PERMANENTE E CONFERÊNCIA DE REPRESENTANTES

Durante o Ano Parlamentar 2011-2012 foram realizadas:

- Seis (6) reuniões da Mesa da Assembleia Nacional;
- Quatro (4) reuniões da Comissão Permanente;
- Quinze (15) reuniões da Conferência dos Representantes.

SESSÕES PLENÁRIAS

A primeira Sessão Plenária referente ao Ano Parlamentar 2011-2012 realizou-se de 24 a 27 de Outubro de 2011 e a última de 23 a 27 de Julho de 2012. Ao longo do Ano Parlamentar foram realizadas 12 Sessões Plenárias, sendo uma especial e uma solene. Das Sessões Plenárias resultaram 33 Reuniões Plenárias, conforme a tabela:

Sessões Plenárias	Data	Duração em Reunião Plenária
Setembro (especial) - Investidura de S. E. o Presidente da República	9 de Setembro de 2011	1 RP
Outubro	24, 25 e 27 de Outubro de 2011	3 RP
Novembro	21, 22, 23, 24 e 27 de Novembro de 2011	5 RP
Dezembro	5 e 6 de Dezembro de 2011	2 RP
Janeiro	25 e 26 de Janeiro de 2012	2 RP
Fevereiro	27, 28 de Fevereiro e 2 de Março de 2012	3 RP
Março	26 e 27 de Março de 2012	2 RP
Abril	23, 24, 25, 26 e 27 de Abril de 2012	5 RP
Maio	28, 29, 30 e 31 de Maio de 2012	4 RP
Junho	25 de Junho de 2012	1
Julho (solene) Comemoração do XXXVII Aniversário da Independência Nacional	5 de Julho de 2012	1
Julho	23, 24, 25, e 27 de Julho de 2012	4 RP

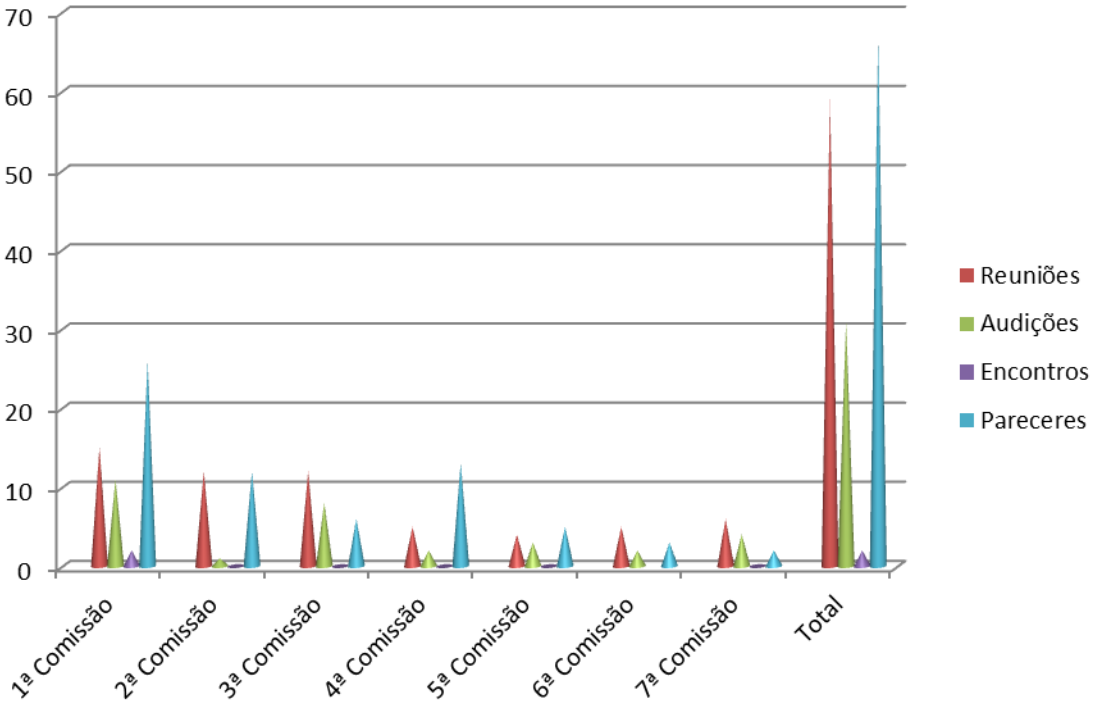
COMISSÕES ESPECIALIZADAS

As Comissões Especializadas são compostas por um determinado número de Deputados que estudam, analisam e discutem as diversas propostas e projectos apresentados pelos próprios Deputados ou pelo Governo. Depois da apreciação dessas propostas e projectos, são discutidas em Sessão Plenária. Normalmente, as reuniões das comissões especializadas não são abertas ao público.

Cumprindo o papel de órgão fiscalizador das actividades do Governo, as comissões também promoveram audições aos membros do Governo, bem como outras entidades como Presidente do STJ, o Procurador-Geral da República, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, o Bastonário da Ordem dos Advogados, o Presidente do Tribunal de Contas, o Presidente do INE e o Director Nacional da Policia Judiciaria. Foram promovidos encontros de trabalhos com o FMI e o grupo de Seguimento da Ajuda Orçamental.

Quadro e gráfico representativo das actividades realizadas por cada comissão durante o Ano Parlamentar Resumo 2011-12

Comissão	Reuniões	Audições	Encontros	Pareceres
1ª Comissão	15	11	2	26
2ª Comissão	12	1	-	12
3ª Comissão	12	8	-	6
4ª Comissão	5	2	-	13
5ª Comissão	4	3	-	5
6ª Comissão	5	2	-	3
7ª Comissão	6	4	-	2
Total	**59**	**31**	**2**	**67**


70
60
50
40
30
20
10
0
1ª Comissão
2ª Comissão
3ª Comissão
4ª Comissão
5ª Comissão
6ª Comissão
7ª Comissão
Total
Reuniões
Audições
Encontros
Pareceres

4ª Reunião do Presidente da AN com os Presidentes das Comissões

O Presidente da ANCV, Dr. Basílio Mosso Ramos, presidiu, no dia 1 de Março de 2012 à IV Reunião com os Presidentes das Comissões Especializadas, dando continuidade aos encontros que se se iniciaram na VII Legislatura.

Estiveram presentes os (as) Senhores (as) membros da Mesa, os (as) Senhores (as) Presidentes e Vice-presidentes das Comissões Especializadas e outros dirigentes e funcionários da Assembleia Nacional, na qualidade de convidados.

A Ordem do Dia incluía dois pontos, sendo os seguintes:

- ⇒ Balanço da implementação das Acções Definidas na última reunião de Junho de 2011;
- ⇒ Diversos

No tocante ao primeiro ponto, e em jeito de balanço, o desempenho das Comissões foi positivo, na óptica dos participantes da reunião e levando em conta o quadro geral das actividades. Porém, foram apontadas falhas e algumas soluções, no sentido de promover a melhoria do desempenho das mesmas. De se realçar a necessidade de se evitar a alta rotatividade entre os membros das Comissões, a necessidade da real aplicabilidade dos regulamentos, quando existam e a aprovação nas Comissões onde as reuniões funcionam sem essa "ferramenta" de orientação e organização dos trabalhos. Também sugeriu-se a criação de um arquivo e um secretariado próprios, para dar uma maior cobertura e eficácia aos trabalhos.

Quanto ao segundo ponto da Ordem do Dia, o Secretário-geral foi convidado a dar algumas informações administrativas, que têm como objectivo primordial contribuir para a melhoria dos trabalhos na A.N., nomeadamente sobre a Intranet e o apoio Administrativo. Na mesma senda, a Sra. Directora dos Serviços Parlamentares solicitou, para o cumprimento cabal de suas funções, uma maior capacitação dos técnicos, responsáveis pelo apoio às Comissões.

Conclusões e Recomendações:

Das intervenções dos participantes da reunião, concluiu-se que há necessidade de dinamização do funcionamento das comissões, com enfoque nos seguintes aspectos:

- ⇒ Melhorar a comunicação interna/externa entre os membros das comissões especializadas, especialmente entre os presidentes e vice-presidentes e outras entidades (da ANCV/Governo);
- ⇒ Estimular a utilização do regulamento interno e a implementação dos planos de actividades, em estreita e atempada concertação com a Secretaria Geral;
- ⇒ Promover o princípio do consenso e um ambiente que faça fluir a discussão nas CE, como responsabilidade de todos os deputados;
- ⇒ Melhorar as condições de trabalho das comissões especializadas, através da criação de um arquivo próprio e secretariado de apoio permanente;

E ainda:

- ⇒ Mobilizar recursos para formações específicas como formação em política monetária, política fiscal, política orçamental e política macroeconómica;
- ⇒ Proceder a concertações atempadas das agendas, de modo a se evitarem sobreposições entre o período das sessões e reuniões das CE, para permitir a correta distribuição/escala dos funcionários;
- ⇒ Promover e optimizar a utilização do sistema de intranet, como forma de publicitar documentos e facilitar a gestão (em tempo, acesso e custos);
- ⇒ Planear a criação de um sistema embutido de imagem com links que divulgarão todas as sessões;
- ⇒ Criar uma Base de dados com todas as declarações e intervenções- áudio;
- ⇒ Disponibilizar o acesso à internet sem fio para as CE;
- ⇒ Oferecer apoio técnico aos deputados para melhor aproveitamento do sistema de Outlook;
- ⇒ Sistematizar as iniciativas e necessidades das CE (iniciativas próprias de contacto, deslocações, visitas de estudos…), fazendo-as dialogar com o Plano de Actividades
- ⇒ Disponibilizar bibliografia especializada e actualizada.

5ª Reunião do Presidente da AN com os Presidentes das Comissões Especializadas

O Presidente da ANCV, Dr. Basílio Mosso Ramos, presidiu, no dia 28 de Março de 2012 à V Reunião com os Presidentes das Comissões Especializadas, dando continuidade aos encontros que se se iniciaram na VII Legislatura.

Estiveram presentes os (as) Senhores (as) Presidentes e Vice-presidentes das Comissões Especializadas e alguns responsáveis de serviços e funcionários da AN, com o objectivo fundamental de se reflectir e discutir sobre o funcionamento das Comissões Especializadas vis a vis o seu desempenho e a apreciação global que se tem, quer por parte dos próprios Deputados e Grupos Parlamentares, quer por parte da opinião pública.

Assuntos como a assiduidade e participação dos Deputados nas Comissões, divulgação das mesmas, contributo para a Agenda Parlamentar e em consequência imagem do Parlamento, a ainda fraca divulgação das actividades do Parlamento e das próprias Sessões Plenárias, foram os assuntos abordados numa reflexão conjunta, que não tinha como objectivo responsabilizar e culpabilizar nenhuma entidade em concreto, mas sim buscar alternativas e soluções.

Neste particular, propôs-se uma maior divulgação da agenda das CE e uma maior inclusão desta agenda nas actividades Parlamentares, ficando os eleitores a saberem que o trabalho Parlamentar não se resume às Sessões “tout court”, realizadas no final de cada mês. Sobre o facto de se ligar a imagem do Deputado/Parlamento, às Comissões Especializadas, é opinião partilhada que esta não se estende ao funcionamento das CE.

Conclusões e Recomendações:

- ⇒ O trabalho das CE “alimenta” a Plenária, portanto, a dinamização do seu funcionamento reflectir-se-á no Parlamento em geral;
- ⇒ Os Deputados e os sujeitos parlamentares devem ser responsabilizados e se envolverem nos trabalhos parlamentares;

⇒ Os Presidentes e vice-presidentes devem trabalhar no sentido de gerar consensos necessários, sem deixar de defender as eventuais posições dos partidos.

Os Deputados e a própria ANCV devem ainda:

⇒ Evitar, especialmente, as falhas que não dependem das condições de trabalho, nomeadamente falta de participação nas reuniões, conflitos de interesse político-partidário, não elaboração de pareceres e relatórios em tempo útil;

⇒ Promover uma maior divulgação dos trabalhos das comissões especializadas à sociedade, publicitando as suas reuniões e actividades;

⇒ Melhorar a comunicação interna/externa entre os membros das comissões especializadas, Governo e outras entidades;

⇒ Promover a discussão de um código de tratamento que produza um parlamento respeitoso.

⇒ Procurar soluções para as questões levantadas, no âmbito da reforma do Parlamento em curso.

COMISSÃO EVENTUAL DE REFORMA DO PARLAMENTO

Composição

1. Arnaldo Andrade Ramos, PAICV – Presidente
2. Jorge Pedro Maurício dos Santos, MPD – Vice-presidente
3. Lívio Fernandes Lopes, PAICV
4. Orlando Pereira Dias, MPD
5. Euclides Vieira Cardoso Centeio, PAICV
6. Filomena Mendes Gonçalves, MPD
7. António Alberto Mendes Fernandes, PAICV
8. João Santos Luís, UCID

Termos de Referência

Introdução

Por Resolução nº 19/VIII/2011, a Assembleia Nacional criou uma Comissão Eventual de Reforma do Parlamento com a missão de estudar e elaborar propostas da Reforma do Parlamento cabo-verdiano, a apresentar ao Plenário, num prazo de 7 meses.

Reformar o Parlamento é um objectivo que persiste na agenda parlamentar, com notável acuidade em muitos países, tendo a preocupação central de cuidar da efectividade do sistema democrático, da qualidade da democracia e da sua incontornável aceitação e permanente legitimação pela sociedade que representa.

Em Cabo Verde, a primeira Comissão de Reforma do Parlamento foi criada em 1993. (Resolução n.º 55/ IV/93, de 31 de Dezembro, que criava a Comissão Eventual de Reforma e Modernização do Parlamento). Seguiram-se prorrogações e a criação de nova Comissão em 2 de Julho de 1996, que em estreita ligação com a Mesa devia prosseguir o processo de Reforma na nova legislatura, entretanto iniciada.

As missões principais dirigiam-se para o seguinte: a) criar as condições para que os Deputados trabalhassem a tempo inteiro, b) sistema orgânico da Assembleia Nacional; c) criação do Centro de Documentação e Informação Parlamentar.

Em 1997 é aprovado um importante pacote legislativo, como o Regimento da Assembleia Nacional, o Estatuto dos Deputados, e a Lei Orgânica da Assembleia Nacional.

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos funcionários da Assembleia Nacional, viria a ser aprovado em Dezembro de 2001.

Durante quase toda a V Legislatura o Parlamento funcionou com 28 Deputados em regime de tempo inteiro, o indispensável para garantir o normal funcionamento das 4 Comissões Especializadas. Em 2001, todos os deputados (72) passaram a exercer o mandato em regime de tempo inteiro. Terminava assim uma primeira etapa da Reforma.

Em 2005, é elaborado um estudo sobre a "Eficácia e Transparência do Parlamento na Era Digital: Contribuição para uma Estratégia de Aproximação entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde e os Cidadãos". Pretendia-se *"obter um amplo conjunto de dados e elementos que contribuam para a ponderação e adopção de medidas que facultem uma maior aproximação e estreitamento das relações entre os cidadãos, os grupos de interesse e o Parlamento, bem como uma significativa melhoria da projecção externa da vida parlamentar"*.

Este estudo dirigido pelo Dr. José Magalhães pode ser indicado como o ponto de partida para esta segunda etapa da Reforma do Parlamento, que tem como preocupação central "o papel da Assembleia Nacional na qualidade da democracia e a sua percepção pela sociedade". Entretanto, a experiência do funcionamento mais efectivo da Assembleia, bem como mudanças constitucionais entretanto ocorridas apontam para a necessidade de encontrar novas soluções de funcionamento do Parlamento que dêem resposta aos estrangulamentos e insuficiências existentes.

Diagnóstico

Esta nova etapa pede um exercício de identificação dos pontos onde a Reforma deve incidir para dar resposta às insuficiências encontradas. De algum modo, é preciso um diagnóstico do nosso Parlamento e da sua eficácia no sistema de legitimação democrática, que vá para além das questões de "abertura", "transparência" e "participação" identificadas no referido estudo de 2005.

Questões como "produtividade legislativa", "qualidade e actualidade" dos debates políticos, "proximidade" dos eleitores e dos seus problemas, "responsabilização" do sistema de representação, revestem-se de grande centralidade para a eficiência do sistema político democrático. A sua regulação significa a

adaptação de um conjunto de instrumentos, tanto de carácter político (Regimento da Assembleia, Estatuto dos Deputados) como de carácter funcional e administrativo, que vão até as condições físicas e premissas tecnológicas de funcionamento da Plenária, das Comissões, dos Grupos Parlamentares e dos Deputados. A democracia não se esgota no exercício do direito de voto do cidadão, de 5 em 5 anos.

É um facto já conhecido em muitos parlamentos, da escassez de produção legislativa de iniciativa dos Deputados e dos GP, em comparação com o papel mais visível na função fiscalizadora e na função representativa da vontade popular. A produção legislativa é largamente dominada pelo Executivo nas sociedades modernas, por razões já amplamente discutidas.

A actividade legisladora é função do nível de funcionamento dos Grupos Parlamentares (ponto crítico: capacidade de "iniciativa legislativa") das Comissões Especializadas (pontos críticos: 1. capacidade de geração dos "consensos necessários"; 2. ter o Parlamento "no dia"; 3. grau de especialização e eficácia do Parlamento) e dos Deputados (ponto crítico: ser agente difusor de "proximidade" com os eleitores e propulsor de iniciativas de participação).

Na função fiscalizadora é consabida a necessidade de investir na qualidade dos debates, da sua "actualidade" e eficácia dos institutos (debates regulares de política geral, interpelações, perguntas, declarações políticas, etc.), do uso da palavra (melhor regulação).

As alterações do Regimento poderão estender-se a domínios como regularidade e modelo de funcionamento da Assembleia Nacional, das suas Reuniões Plenárias e em Comissões, a organização do "trabalho parlamentar", dos poderes e equilíbrios entre os diversos órgãos até ao relacionamento do Parlamento com outras instituições do Estado e da sociedade.

Objectivos

A Comissão deverá recolher informação pertinente, promover a comparação de soluções encontradas em outras reformas do Parlamento na dimensão política e institucional, bem como nos domínios da adaptação das condições físicas e tecnológicas que permitam à Assembleia Nacional um desempenho com vista a atingir as metas seguintes:

- Maior produtividade e qualidade legislativa;
- Maior regularidade no acompanhamento da realidade política;
- Melhor comunicação interna e para a sociedade;
- Maior transparência, abertura e participação;
- Maior responsabilização dos eleitos perante o eleitorado.

Para atingir estas metas a reforma deverá abarcar:

Vertente institucional e legislativa:

- Melhorar a sistemática e articulação do texto de Regimento actual,
- Adequar o RAN à última revisão da Constituição,
- Rever os princípios gerais e modelo de funcionamento e organização da AN,
- Adaptar a gestão dos recursos humanos,
- Melhorar a comunicação interna e com o exterior,
- Estabelecer novas formas e regras de relacionamento do Parlamento/Deputado com o cidadão eleitor.

Vertente condições físicas do Palácio da AN

A reforma pretende abarcar ainda remodelação do edifício do Palácio da Assembleia Nacional com a adequação da sala de sessões a novas exigências da função parlamentar, as salas das comissões para que se possam realizar sessões públicas, salas de audições públicas, entre outras questões de carácter logístico, pertinentes ao bom funcionamento do Parlamento.

Vertente comunicação em novas bases tecnológicas

A par da melhoria das condições físicas da AN, também se encara a possibilidade da reforma dos espaços físicos compreender a aquisição de equipamentos modernos para a modernização de todos os processos de comunicação e a utilização das novas tecnologias em todos os domínios dos trabalhos parlamentares (desde a desmaterialização de todo o processo legislativo, financeiro e administrativo, ao processamento e comunicação digital nas Sessões com utilização de data-show, “Web-casting”, votação, controlo de tempo, placar electrónico, etc), com a consequente valorização dos recursos humanos de toda a organização. A existência de um canal parlamentar ou de uma modalidade sucedânea deverá também ser equacionada e avaliada.

Missão, tarefas e responsabilidades

A CERP terá, entre outras, a missão de elaborar sobre os seguintes aspectos:

- Melhoria da sistemática e articulação do texto de Regimento actual, isto é, um RAN não deve iniciar o seu articulado pelos Deputados e Grupos Parlamentares (artº 1º e 6º, p.e.), mas sim pela organização da Assembleia Nacional (artº 16º);
- Adequação do RAN à última revisão da Constituição (CRCV), isto é, Debate sobre o Estado da Justiça (artº 235º), Veto do PR e suas implicações no processo legislativo especial parlamentar e

segunda deliberação da AN (art. 173º e segts do RAN); Eleição dos Órgãos Exteriores à AN (art. 284 e segts), entre outros;

- Revisão dos princípios gerais e modelo de funcionamento e organização da AN (ficou sob a responsabilidade do Sr. Presidente da Comissão Eventual);
- Análise e proposta de alterações às principais funções parlamentares (de representação, art. 4º, 5º, 6º, 64º,...; legislativa, 140º, ...; fiscalização, 228º,...; electiva, 277º, de vinculação internacional do Estado e diplomacia parlamentar (64º, 206º,...);
- Proposta de novos princípios e regras no relacionamento do Parlamento/Deputado com o cidadão eleitor (propostas que constam do estudo "Eficácia e transparência do Parlamento na era digital" elaborado pela AN em 2005);
- Proposta ainda da reforma física e tecnológica, bem como medidas para a implementação de um sistema de comunicação moderno, com base nas TIC, de forma a dotar o Parlamento de instrumentos que permitem a desmaterialização do processo legislativo, financeiro e administrativo, a implementação do canal parlamento e uma maior interactividade entre os Deputados e os cidadãos eleitores.

Metodologia

Como método de trabalho e para melhor articulação e consensualização sobre o objecto da reforma, propomos a audição e auscultação de diferentes instâncias e sujeitos parlamentares: Presidente e Mesa da AN, Líderes do GP, Partidos; Governo, técnicos e assessores parlamentares, trabalhadores.
Serão organizadas visitas de estudos e análise de estudos comparados, bem como debates elucidativos. Os contributos e reflexões produzidos ao longo do processo de Reforma iniciado em 1993, bem como os testemunhos de técnicos e pessoas envolvidas nos trabalhos anteriores.

Resultados esperados (relatórios preliminares e relatório final)

A Comissão elaborará relatórios preliminares, com o intuito de informar o Parlamento (Mesa, Grupos Parlamentares, Partidos e Governo) sobre o andamento dos trabalhos. Deverá entretanto ser fixado um calendário para a apresentação dos relatórios preliminares e a modalidade de apresentação do Relatório final, contendo propostas e cenários de implementação.

Duração (prazo da CERP)

A duração do CERP é de seis meses, prorrogáveis em caso de necessidade, por resolução da Plenária.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composição:

- Presidente, Júlio Lopes Correia
- Vice-Presidente, Nilda Maria Gonçalves de Pina Fernandes
- Deputado do PAICV, Euclides Eurico Nunes de Pina
- Deputado do MPD, Miguel Pedro Sousa Monteiro
- Secretário-geral, Adalberto de Oliveira Mendes
- Representante dos Funcionários, Paulo Veríssimo

O Conselho de Administração é constituído por um dos Vice-Presidentes da Mesa da Assembleia Nacional, que a preside, por um dos Secretários da Mesa, por um Deputado de cada Grupo Parlamentar, pelo Secretário-geral e um representante dos funcionários.

Compete-lhe, designadamente, pronunciar-se sobre a política geral da administração e os meios necessários à sua execução; elaborar os projectos de orçamento da Assembleia Nacional; preparar o relatório e a conta de gerência relativos a cada ano económico, e as propostas relativas ao quadro de pessoal da Assembleia Nacional.

O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa deste ou a pedido de um terço dos seus membros.
O Conselho de Administração ao longo do Ano Parlamentar 2011-2012 reuniu-se quatro (4) vezes.

Reuniões do Conselho de Administração

2011-2012		
DIA	**Nº**	**REUNIÃO**
28 - 10 - 2011	3 / VIII / 2011	Ordinária
01 - 02 - 2012	1 / VIII / 2012	Ordinária
08 - 03 - 2012	2 / VIII / 2012	Ordinária
19 - 04 - 2012	3 / VIII / 2012	Ordinária

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

GRUPOS PARLAMENTARES

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

GRUPOS PARLAMENTARES

Os Deputados eleitos por cada partido podem constituir-se em Grupos Parlamentares. Na actual Legislatura existem dois Grupos Parlamentares correspondentes aos partidos políticos que elegeram Deputados nas eleições legislativas realizadas em 6 de Fevereiro de 2011: Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), Movimento para a Democracia (MpD) e dois Deputados representantes da União Cabo-verdiana Independente e Democrática, (UCID).

A Constituição e o Regimento da Assembleia Nacional atribuem aos Grupos Parlamentares um conjunto de direitos e deveres, entre os quais:

a) Participar nas comissões, em função do número dos seus membros;
b) Solicitar à Comissão Permanente a convocação da Assembleia;
c) Requerer a constituição de Comissões Parlamentares de Inquérito;
d) Requerer a interrupção da Reunião Plenária nos termos dos artigos 100º e 101º;
e) Exercer a iniciativa legislativa;
f) Serem ouvidos na fixação da ordem do dia e determinarem a fixação da ordem do dia de algumas reuniões nos termos dos números 2 e 3 do artigo 88º;
g) Apresentar moções de censura ao Governo;
h) Serem informados, regular e directamente pelo Governo, sobre o andamento de assuntos de interesse público;
i) Promover, nos termos dos artigos 257º a 259º do Regimento, um máximo de dois debates em cada Sessão Legislativa, sobre assunto de política geral;
j) Participar na administração da Assembleia Nacional, através da Conferência de Representantes dos Grupos Parlamentares e do Conselho de Administração.

O poder previsto na alínea h) do número anterior é exercido nos termos acordados entre os Grupos Parlamentares e o Governo.

Constituição dos Grupos Parlamentares

A constituição dos Grupos Parlamentares efectua-se mediante comunicação dirigida ao Presidente da Assembleia Nacional, assinada pelos Deputados que os compõem, e contendo o nome dos seus dirigentes. Qualquer alteração efectuada na composição ou direcção dos Grupos Parlamentares é comunicada ao Presidente da Assembleia Nacional. Cada Grupo Parlamentar estabelece livremente a sua própria organização. (Artigos 9º e 10 do Regimento)

GRUPO PARLAMENTAR DO PAICV

Presidente: José Manuel Andrade
Vice-presidentes: António Alberto Mendes Fernandes
Euclides Eurico Nunes Pina
Filomena de Fátima Ribeiro Vieira
Joanilda Lúcia Silva Alves

Visitas de Deputados

Circulo Eleitoral	Nº de Visitas
África	-
Américas	-
Boa Vista	7
Brava	9
Europa e Resto do Mundo	2
Fogo	24
Maio	7
Sal	9
Santiago Norte	68
Santiago Sul	99
Santo Antão	27
São Nicolau	-
São Vicente	45

Visita a Entidades

Entidades	Data
Escola EBI de Vale da Custa, Escola de São Francisco, Jardim Infantil de Portete Escola de Jardim Infantil de São Tomé	10 - 10 - 2011
Escola de EBI de Achada Mato Liceu de Achada Grande Frente Centro de Saúde de Achada Grande-Trás	11 - 10 - 2012
Obras de Central Única de Santiago, Electra “Casa do Direito” – Praia	12 - 10 - 2012
Sr. Ministro do Turismo, Indústria e Energia Direcção da Solmy	13 - 10 - 2012
Gabinete Técnico do IPC-CV Localidade de Pico Leão (Telecentro), Agricultores; Famílias da zona de Tronco	08 - 11 - 2012
Cadeia Civil , Localidade de Trindade	9 - 11 - 2011
Centro de Produção de queijo de Rui Vaz Associação de Rui Vaz; Delegado do Ministério do Desenvolvimento Rural Polícia da Esquadra de São Domingos	10 - 11 - 2011
RTC, Direcção da AJOC	11 - 11 - 2012
“Novo Banco”, Achada Grande-Trás Zona de Achada Grande Frente	14 - 11 - 2012
Obras da Barragem de Faveta Estrada Fonte Lima/João Bernardo Ribeira da Barca	15 e16 - 11 - 2012
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	13 - 07 - 2012
Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres (CCSL)	18 - 07 - 2012
Câmara do Comércio de Sotavento	19 - 07 - 2012

Jornadas Descentralizadas

Sub-Tema 1: O impacto das infra-estruturas no desenvolvimento socioeconómico, na integração regional e na criação de uma cadeia de valor na Região de Santiago Norte – Sr. Ministro das Infra-Estruturas e Economia Marinha. Sub-Tema 2: As novas oportunidades de investimento privado para a Região de Santiago Norte – Sr. Ministro do Turismo, Indústria e Energia - 16 de Novembro de 2011.

"São Nicolau: Ganhos e Desafios no âmbito da Agenda de Transformação de Cabo Verde" – Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau de 14 a 18 de Janeiro de 2012.

Região Fogo/Brava com debate dos temas: "Diversidade da oferta formativa e dinâmica empresarial" e "Ambiente e saneamento na perspectiva da intermunicipalidade".

Participantes: José Manuel Andrade (Líder), Euclides de Pina (Vice-presidente), Aristides Lima, Joanilda Alves, Dúnia Pereira, Carlos Rodrigues, António Fernandes, Maria Fernanda Varela, Virgínia Baessa. - Ilhas do Sal e da Boa Vista de 12 a 15 de Abril de 2012.

Participantes: Srs. Deputados Armindo Maurício, Carlos Delgado e Joselito Fonseca (Santo Antão), Filomena Martins, Hermes Santos, Alexandre Novais, Maria da Luz Monteiro e Paulo Martins (São Vicente), Lívio Lopes (Fogo), Etelvina Teque (Círculo da Europa), Felisberto Vieira e Graça Sanches (Santiago Sul) e Alcídio Tavares (Santiago Norte). - Santo Antão e São Vicente de 14 a 18 de Abril de 2012.

"Maio – sua vocação turística na construção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo". Participam os Deputados: José Manuel Andrade (Líder), António Fernandes (Vice-Presidente), Nilda Fernandes, Dúnia Pereira, Fernando Frederico, José Manuel Sanches, Graça Sanches, Suzete Moniz, Afonso da Fonseca, Justiniano Sena, Pedro Furtado, Euclides Centeio, Arnaldo Andrade, Virgínia Baessa, Alexandre Novais, Paulo Martins e Julião Varela – Ilha do Maio de 9 a 11 de Março de 2012.

GRUPO PARLAMENTAR DO MPD

Presidente: Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade
Vice-presidentes: Filomena Mendes Gonçalves
David Lima Gomes
Miguel Pedro Sousa Monteiro
Orlando Pereira Dias

Visitas de Deputados

Círculo Eleitoral	Nº de Visitas
África	2
Américas	2
Boa Vista	5
Brava	6
Europa e Resto do Mundo	2
Fogo	14
Maio	4
Sal	9
Santiago Norte	36
Santiago Sul	36
Santo Antão	26
São Nicolau	5
São Vicente	20

Visita a Entidades

Entidades	Data
INIDA Obras de Pousada da Juventude Director da Escola Superior de Ciências Agrárias Centro de Transformação de produtos Agro-alimentares Câmara Municipal Delegado de Saúde	12 - 04 - 2012
Chefe da Esquadra Policial da Calheta de São Miguel	11 - 01 - 2012
Tribunal da Comarca do Tarrafal Chefe da Esquadra Policial do Tarrafal	09 - 01 - 2012
Tribunal da Comarca de Santa Cruz Chefe da Esquadra Policial de Santa Cruz	10 - 01 - 2012
Tribunal de 2ª Comarca de Santa Catarina	06 - 01 - 2012

Missões ao Exterior

Missão	Data
Participação num *Atelier* em Serra Leoa	De 20 a 22 - 10 - 2011
Conferência Internacional para Desenvolvimento-ICP Tailândia	De 15 a 17 - 11 - 2011
Portugal	18 a 22 - 12 - 2011
Portugal	16 a 19 - 03 - 2012
Portugal	16 a 19 - 03 - 2012
Integração na delegação para os países anglófonos e lusófonos da África Central e Ocidental, Dakar - Senegal	22 - 05 - 2012

DEPUTADOS DA UCID

Visitas dos Deputados

Círculo Eleitoral	Nº de Visitas
São Vicente	14

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

INICIATIVAS LEGISLATIVAS E DE RESOLUÇÕES

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

INICIATIVAS LEGISLATIVAS E DE RESOLUÇÕES

Durante o Ano Parlamentar findo, deram entrada na Assembleia Nacional várias iniciativas legislativas que foram propostas pelos Grupos Parlamentares e pelo Governo, como indicam as tabelas:

PROPOSTAS DE LEI

Iniciativa	Designação	Data de Entrada	Data de Admissão
Governo	Proposta de lei que altera as taxas de direito aduaneiros, estabelecidos de acordo com os compromissos assumidos por Cabo Verde através da lista CLXI anexa ao protocolo de adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio.	03 - 10 - 2011	03 - 10 - 11
	Proposta de lei que estabelece as bases gerais da protecção civil.	15 - 09 - 2011	03 - 10 - 11
	Proposta de lei que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2012.	20 - 10 - 2011	21 - 10 - 2011
	Proposta de lei que estabelece as bases que permitam acelerar e facilitar a realização de investimentos em Cabo Verde (novo Código de Investimentos).	01 - 02 - 2012	01 - 02 - 2012
	Proposta de lei que define o regime jurídico das entidades reguladoras independentes nos sectores económico e financeiro.	29 - 02 - 2012	01 - 03 - 2012
	Proposta de lei que procede a criação do Gabinete de Recuperação de Activos e de Gabinete de Administração de Bens.	02 - 04 - 2012	02 - 04 - 2012
	Proposta de lei que tem por objecto definir o regime jurídico das sondagens e inquéritos de opinião produzidos com a finalidade de divulgação pública.	19 - 04 - 2012	20 - 04 - 2012

Iniciativa	Designação	Data de Entrada	Data de Admissão
Governo	Proposta de lei sobre a nova pauta aduaneira de sistema harmonizado de designação e codificação de mercadorias.	28 - 05 - 2012	31 - 05 - 2012
	Proposta de lei sobre a directiva nacional de ordenamento territorial.	30 - 05 - 2012	31 - 05 - 2012
	Proposta de lei que cria o Conselho das Comunidades.	30 - 05 - 2012	31 - 05 - 2012
	Proposta de lei que altera os artigos 5º, 10º e 11º da lei nº 88/VI/2006 de 6 de Janeiro.	11 - 06 - 2012	14 - 06 - 2012
	Proposta de Lei que institui a contribuição para o custeio do Serviço de Iluminação Pública.	18 - 07 - 2012	09 - 07 - 2012

PROPOSTAS DE LEI DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

Designação	Data de Entrada	Data de Admissão
Proposta de lei que concede ao Governo autorização legislativa para definir e aprovar o Estatuto dos Militares.	02 - 04 - 2012	02 - 04 - 2012
Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para legislar no sentido de alterar o DL nº 7/2005, de 28 de Novembro, emitido no uso da autorização concedida pela Lei nº 74/VI/2005 de 25 de Novembro.	19 - 04 - 2012	20 - 04 - 2012
Proposta de lei que concede ao Governo autorização legislativa para aprovar o regime jurídico das operações urbanísticas, designadamente o loteamento, a urbanização, a edificação e a utilização e conservação de edifícios.	24 - 04 - 2012	24 - 04 - 2012
Proposta de lei que concede ao Governo autorização legislativa para definir e aprovar o estatuto dos Militares.	31 - 05 - 2012	31 - 05 - 2012

Designação	Data de Entrada	Data de Admissão
Proposta de Resolução que autoriza o Governo para, no âmbito de aprovação do novo Código do Mercado de Valores Mobiliários, definir o regime dos ilícitos criminais e de mera ordenação social incluído aos aspectos processuais.	26 - 06 - 2012	28 - 06 - 2012

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO - TRATADOS

Designação	Data de Entrada	Data de Admissão
Proposta de Resolução que aprova, para adesão, o Protocolo de revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto revista), concluída em Bruxelas em 26 de Junho de 1999.	03 - 10 - 2011	03 - 10 - 2011
Proposta de Resolução que aprova para ratificação a Convenção entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da Região Administrativa Especial de Macau para evitar a dupla tributação e prevenir a invasão fiscal em matéria de imposto sobre o rendimento.	29 - 02 - 2012	01 - 03 - 2012
Proposta de Resolução que aprova para ratificação o acordo que altera pela segunda vez o acordo de parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e seus Estados Membros.	29 - 02 - 2012	01 - 03 - 2012
Proposta de Resolução que aprova para ratificação o acordo quadro de cooperação sub-regional entre os governos da República de Cabo Verde, da Gâmbia, da Guiné-Bissau, da Guiné, do Islamabad da Mauritânia e do Senegal.	11 - 06 - 2012	14 - 06 - 2012
Proposta de Resolução que aprova para ratificação, o protocolo facultativo ao pacto internacional sobre os direitos económicos, sociais e culturais adoptados pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 10 de Dezembro de 2008.	11 - 06 - 2012	14 - 06 - 2012

Designação	Data de Entrada	Data de Admissão
Proposta de Resolução que aprova, para ratificação, a Convenção para a cooperação em Matéria de Protecção e Desenvolvimento do Meio Marítimo e Litoral da Região da África Ocidental e Central e o Protocolo relativo à cooperação na luta contra a poluição em casos de emergência.	25 - 06 - 2012	03 - 07 - 2012
Proposta de Resolução que aprova, para adesão, a Carta Africana sobre a Democracia, eleições e governação, adoptado pela oitava sessão ordinária realizada em Adis Abeba a 30 de Janeiro de 2007.	09 - 07 - 2012	09 - 07 - 2012

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

Designação	Data de Entrada	Data de Admissão
Proposta de Resolução que autoriza o Governo para, no âmbito de aprovação do novo código do mercado de valores mobiliários, definir o regime dos ilícitos criminais e de mera ordenação social incluído aos aspectos processuais.	22 - 06 - 2011	28 - 06 - 2011

PROJECTOS DE RESOLUÇÃO

Designação	Data de Entrada	Data de Admissão
Projecto de Resolução que aprova o Orçamento Privativo da Assembleia Nacional.	09 - 06 - 2011	09 - 06 - 2011

INICIATIVAS PENDENTES

Proponente	Designação	Data de Entrada	Data de Admissão
Governo	Proposta de Lei que institui a atribuição municipal relativa à iluminação pública rural e urbana e estabelece os mecanismos para o seu financiamento.	19 - 07 - 2011	19 - 07 - 2011

Proponente	Designação	Data de Entrada	Data de Admissão
Governo	Proposta de Lei que procede à criação do Gabinete de Recuperação de Activos e do Gabinete de Administração de Bens.	02 - 04 - 2012	02 - 04 - 2012
	Proposta de Lei que tem por objectivo definir o Regime Jurídico das Sondagens e Inquéritos de Opinião Produzidas com a Finalidade de Divulgação Pública.	19 - 04 - 2012	20 - 04 - 2012
	Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para aprovar o Regime Jurídico das Operações Urbanísticas, designadamente o loteamento, a urbanização, a edificação e a utilização e conservação de edifícios.	24 - 04 - 2012	24 - 04 - 2012
	Proposta de Lei que aprova a alteração da Pauta Aduaneira.	28 - 05 - 2012	31 - 05 - 2012
	Proposta de Lei que cria o Conselho das Comunidades.	30 - 05 - 2012	31 - 05 - 2012
	Proposta de Lei que aprova a Directiva Nacional do Ordenamento do Território de Cabo Verde.	30 - 05 - 2012	31 - 05 - 2012
	Proposta de Lei que altera os artigos 5º, 10º e 111º da Lei nº 88/VI/2006, de 9 de Janeiro.	11 - 06 - 2012	14 - 06 - 2012
	Proposta de Lei que institui a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.	18 - 06 - 2012	09 - 07 - 2012
	Proposta de Resolução que aprova, para adesão, a Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação, adoptada pela VIII Sessão Ordinária da Conferência realizada em Adis Abeba a 30 de Janeiro de 2007.	09 - 07 - 2012	09 - 07 - 2012

Anuário Parlamentar
2011 - 2012

PROCESSO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

PROCESSO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA

A função fiscalizadora dos actos do Governo e da Administração Pública é exercida através de vários instrumentos dos quais se destacam: as moções, as interpelações ao Governo, as perguntas ao Governo, os inquéritos parlamentares e os debates sobre questões de política interna e externa.

Nos termos do artigo 179º da Constituição da República de Cabo Verde Competência de fiscalização política), compete à Assembleia Nacional, no exercício das suas funções de fiscalização política e sem prejuízo de outras competências previstas no artigo 174º:

a) Apreciar e fiscalizar os actos do Governo e da Administração Pública;
b) Fazer perguntas e interpelações ao Governo;
c) Votar moções de confiança e moções de censura;
d) Apreciar o discurso sobre o estado da Nação apresentado pelo Primeiro Ministro no final de cada sessão legislativa;
e) Apreciar e fiscalizar a aplicação da declaração do estado de sítio ou do estado de emergência;
f) Apreciar, para efeitos de ratificação, nos termos da Constituição e da lei, os decretos legislativos;
g) Exercer outras competências que lhe sejam conferidas pela Constituição e pela lei.

DEBATES SOBRE QUESTÕES DE POLÍTICA INTERNA E EXTERNA POR INICIATIVA DOS SUJEITOS PARLAMENTARES (De acordo com os artigos 257º a 259º do Regimento)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - OUTUBRO/11 A JULHO/12					
Nº	**Sumário**	**Iniciativa**	**Data de Entrada**	**Data de Admissão**	**Data de Realização**
1/VIII	As eleições e a consolidação do processo democrático em Cabo Verde.	GP PAICV	14 - 10 - 2011	18 - 01 - 2012	25 - 01 - 2012
2/VIII	O papel do Poder Local no desenvolvimento e a necessidade do reforço da descentralização.	GP MPD	27 - 01 - 2012	02 - 02 - 2012	27 - 02 - 12
3/VII	Os actuais desafios do sector da Saúde em Cabo Verde.	GP PAICV	09 - 05 - 2012	09 - 05 - 2012	28 - 05 - 2012

Debate sobre o Estado da Nação e Situação da Justiça

Assunto	Iniciativa	Data
Debate sobre a Situação da Justiça	Governo	24 - 10 - 2011
Debate sobre o Estado da Nação	Governo	27 - 07 - 2012

INTERPELAÇÕES AO GOVERNO

Os Deputados e os grupos parlamentares podem fazer interpelações ao Governo. A interpelação incide sobre assuntos de política geral ou qualquer outra questão de interesse político, económico, social ou cultural relevante. (artigo 249º nº 2 do Regimento). A interpelação é apresentada, por escrito, ao Presidente da Assembleia Nacional, que dará imediato conhecimento do seu conteúdo aos Deputados e ao Governo. (artigo 250º. do Regimento)

O debate não poderá ter lugar antes de quinze dias da data de apresentação da interpelação.

O debate é aberto com as intervenções do interpelante ou do seu representante e de um membro do Governo. O debate não poderá exceder duas reuniões plenárias. O debate termina com as intervenções do interpelante e do Governo que o encerra.

De acordo com os artigos 249º a 251º do Regimento, durante o Ano Parlamentar findo houve duas interpelações ao Governo, de iniciativa do GP do MPD.

PERGUNTAS AO GOVERNO

Normalmente, nas Sessões Plenárias, no período antes da Ordem do Dia, os Deputados questionam o Governo sobre os diversos assuntos relacionados com o seu círculo eleitoral e outras relacionadas com a acção governamental.

O período para a formulação de Perguntas ao Governo não pode exceder uma Reunião Plenária por mês e é fixado pelo Presidente da Assembleia Nacional, ouvida a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares. As perguntas são apresentadas ao Presidente, até quarenta e oito horas do dia anterior à Reunião Plenária expressamente reservada para o efeito. O Presidente pode admitir perguntas urgentes, se apresentadas até uma hora antes da reunião. Estas têm prioridade. As perguntas só são

respondidas se o interessado estiver presente. Se o membro do Governo competente ou seu representante não estiverem presentes à sessão de perguntas ao Governo, o Deputado pode solicitar que a resposta seja concedida no início do próximo período reservado a perguntas. O autor pode colocar mais duas perguntas suplementares após a resposta inicial do Governo e qualquer outro Deputado tem direito a uma pergunta suplementar se o Presidente entender que não prejudica o desenrolar do período de perguntas.

Durante o Ano Parlamentar 2011-2012, foram realizadas sete Reuniões Plenárias de Perguntas ao Governo.

Estatística de Perguntas ao Governo						
2º Sessão Legislativa (Outubro a Julho-2011/2012) - VIII Legislatura						
Sessão Plenária/ Mês	N.º de Perguntas	N.º de Deputados que entregaram perguntas por escrito	N.º de Perguntas Respondidas no Plenário pelos Membros do Governo	N.º de Perguntas não Respondidas no Plenário	N.º de Perguntas Adicionais no Plenário	N.º de Ministros que responde-ram as pergun-tas no Plenário
Janeiro	93	17	20	73	11	2
Fevereiro	116	22	17	99	14	2
Março	77	12	30	47	10	5
Abril	83	22	50	33	36	8
Maio	102	15	21	81	11	6
Junho	18	2	16	2	12	6
Julho	62	17	26	36	15	4
Total	***458***	***107***	***160***	***298***	***109***	***33***

PROCESSOS DE ORÇAMENTO, PLANO E CONTAS DO ESTADO

De acordo com o Regimento da Assembleia Nacional (artigos 210º a 213º), o Primeiro Ministro remete ao Presidente da Assembleia Nacional, até ao dia 20 de Outubro de cada ano, a proposta de lei do Orçamento do Estado, para o ano económico seguinte, com a sua documentação anexa.

A proposta do Orçamento do Estado é distribuída aos Deputados, aos Grupos Parlamentares e às Comissões Especializadas, para parecer em razão da matéria.

As Comissões devem enviar no prazo de 20 dias o respectivo parecer à Comissão Especializada competente que elabora o parecer final no prazo de dez dias.

Segue-se o debate do Orçamento do Estado na generalidade (artigo 163º).

A discussão do Orçamento de Estado pelo Plenário não poderá exceder cinco reuniões, sem período antes da ordem do dia.

No debate na especialidade discutir-se-á sucessivamente o orçamento de cada ministério, nele podendo intervir os respectivos membros do Governo que iniciarão os debates parcelares.

O debate na especialidade do Orçamento tem lugar nas respectivas comissões, por um período não superior a dez dias, nele podendo intervir o Governo.

A discussão e votação na especialidade da Lei do Orçamento é feita em Plenário.

Se ocorrer a rejeição, o Governo apresentará à Assembleia Nacional uma nova proposta de Lei do Orçamento, no prazo de trinta dias sobre a data da rejeição.

Decorrido o prazo de trinta dias sobre a entrada da nova proposta de Lei do Orçamento, a Assembleia Nacional reúne-se para a sua apreciação.

Durante o Ano Parlamentar 2011-2012, foi aprovada a proposta de Lei que aprova o Orçamento do Estado para o ano económico de 2012, assim como as Contas do Estado referentes ao ano económico de 2008 e de 2009.

DECLARAÇÕES POLÍTICAS

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

DECLARAÇÕES POLÍTICAS

Os Grupos Parlamentares, os partidos com assento parlamentar e o Governo têm direito de produzir, mensalmente, no período antes da Ordem do Dia, uma declaração política com a duração máxima de dez minutos e com prioridade sobre as demais intervenções (nº1 do artigo 96º do Regimento da Assembleia Nacional).

(De acordo com o artigo 96º do Regimento)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - OUTUBRO/2011 A JULHO/2012				
Nº	**Sumário**	**Iniciativa**	**Data**	**Orador**
1/VIII	Sobre a avaliação do primeiro ano de governação do actual Governo, na VIII Legislatura.	UCID	27 - 03 - 2012	Deputado António Monteiro
2/VIII	Sobre a situação económico-social da Ilha de S. Vicente.	UCID	27 - 03 - 2012	Deputado António Monteiro
3/VIII	Sobre a situação económico-social da Ilha de Santo Antão	MPD	24/04/2012	Deputado Arlindo do Rosário
4/VIII	Sobre a situação económico-social da Ilha de S. Vicente.	PAICV	26 - 04 - 2012	Deputado Paulo Noel Martins
5/VIII	Sobre o nepotismo na governação, com o pedido da demissão da Ministra da Juventude.	MPD	30 - 05 - 2012	Deputado Miguel Monteiro
6/VIII	Sobre a manifestação promovida pelas Centrais Sindicais para 1 de Junho.	Governo	31 - 05 2012	Ministro dos Assuntos Parlamentares – Rui Semedo
7/VIII	Sobre o processo das eleições autárquicas de 2012.	PAICV	24 - 07 - 2012	Deputado José Manuel Andrade

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

PETIÇÕES

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

PETIÇÕES

O nº 1 do artigo 59º da Constituição da República consagra explicitamente que todos os cidadãos, individual ou colectivamente, têm o direito de apresentar, por escrito, aos órgãos de soberania ou do poder local e a quaisquer autoridades, petições, queixas, reclamações ou representações para a defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral e bem assim o direito de serem informados, em prazo razoável, sobre os resultados da respectiva apreciação.

Durante o Ano Parlamentar 2011-2012 deram entrada na Assembleia Nacional várias petições sobre o reconhecimento do Estatuto de Combatente da Liberdade da Pátria a vários cidadãos cabo-verdianos, assim como a Petição de um grupo de cidadãos a requerer a criação do Município de Santa Maria do Sal.

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

RELAÇÕES EXTERNAS

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

RELAÇÕES EXTERNAS

No ano parlamentar 2011 - 2012, a Assembleia Nacional procurou conciliar a condução das relações externas e o cumprimento da sua agenda parlamentar internacional com o imperativo da restrição orçamental em vigor na instituição.

A participação em eventos internacionais obedeceu a critérios de interesse institucional e nacional, relegando-se para um plano secundário a simples obrigação do cumprimento da agenda por motivos de compromisso internacional.

Na esfera multilateral, acentuou-se a participação no Parlamento Pan-africano, especialmente nas sessões ordinárias e em determinadas missões de observação eleitoral efectuadas por essa instituição parlamentar regional em alguns países do continente.

Destaque particular é dado à Assembleia Parlamentar da CPLP, na qual participou o Presidente da Assembleia Nacional à frente de uma delegação parlamentar, inaugurando a agenda parlamentar internacional 2011-12 da Assembleia, por ter antecedido a abertura do ano parlamentar.

A participação da Assembleia Nacional nas instituições parlamentares internacionais continuou a ser assegurada através de Grupos Nacionais integrados por Deputados, constituídos no início da Legislatura, que adiante se enuncia.

No capítulo bilateral, a enfâse incidiu na retoma e no aprofundamento das relações de amizade e cooperação com alguns parlamentos de países tradicionalmente parceiros de Cabo Verde e da Assembleia Nacional, como são os casos da Assembleia Nacional francesa e do Bundestag alemão.

São 21 os grupos parlamentares de Amizade com outros parlamentos, integrando cada um sete Deputados, criados nesta Legislatura.

Por estarem enquadradas nas relações de cooperação com a Assembleia da República de Portugal, registam-se, igualmente, neste espaço, as acções levadas a cabo no âmbito da implementação do Protocolo de Cooperação existente entre as duas instituições.

INSTITUIÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS

Grupo Nacional da União Interparlamentar:

Júlio Lopes Correia (PAICV)
Carlos Alberto Wahnon de Carvalho Veiga (MpD)
José Manuel Gomes Andrade (PAICV)
Miguel Pedro Sousa Monteiro (MpD)
Joanilda Lúcia Silva Alves (PAICV)
Eva Sulamita Monteiro Caldeira Marques (MpD)
Sidónio Fontes Lima Monteiro (PAICV)
Jorge Arcanjo Livramento Nogueira (MpD)
Clóvis Isildo Barbosa da Silva (PAICV)
Filipe Baptista Gomes Furtado (MpD)
Maria da Luz Rocha Monteiro (PAICV)

Grupo Nacional no Parlamento da CEDEAO:

Filomena de Fátima Ribeiro Vieira (PAICV)
Orlando Pereira Dias (MpD)
Carlos Alberto Delgado (PAICV)
Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira (MpD)
Alcídio José Gonçalves Tavares (PAICV)

Representante do Parlamento Cabo-verdiano junto da Assembleia Paritária ACP/EU:

Arnaldo Andrade Ramos (PAICV)

Grupo Nacional no Parlamento Pan-Africano:

Lívio Fernandes Lopes (PAICV)
Jorge Pedro Maurício dos Santos (MpD)

Felisberto Alves Vieira (PAICV)
Janine Tatiana Santos Lélis (MpD)
Justiniano Jorge Lopes de Sena (PAICV)

Grupo Nacional na Assembleia Parlamentar da Francofonia:

Alexandre José Duarte Fonseca Pacheco de Novais (PAICV)
Joana Gomes Rosa (MpD)
Dúnia Alice Monteiro Moreira de Almeida Pereira (PAICV)
Pedro Alexandre Tavares Rocha (MpD)
Virgínia Baessa Cabral Gonçalves (PAICV)

Grupo Nacional na Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa:

José Manuel Gomes Andrade (PAICV)
Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade (MpD)
Mário Ramos Pereira Silva (MpD)
Armindo Cipriano Maurício (PAICV)
Cláudia Sofia Marques Rodrigues (PAICV)

GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE

1. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/África do Sul

1. Abraão Aníbal Fernandes Barbosa Vicente (MpD) - Presidente
2. Nilda Maria Gonçalves de Pina Fernandes (PAICV) - Vice- Presidente
3. Jorge Pedro Maurício dos Santos (MpD)
4. Carlos Tavares Rodrigues, PAICV
5. Isa Filomena Soares da Costa (MpD)
6. Euclides Eurico Nunes de Pina, PAICV
7. Paulo Noel Rendall Leite de Oliveira Martins, PAICV

2 . Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Angola

1. Estevão Barros Rodrigues (PAICV) - Presidente
2. Jorge Pedro Maurício dos Santos (MpD) - Vice - Presidente
3. Joanilda Lúcia Silva Alves (PAICV)
4. Joana Gomes Rosa (MpD)
5. Filomena de Fátima Ribeiro Viera (PAICV)
6. Filomena Mendes Gonçalves (MpD)
7. João dos Santos Luís (UCID)

3. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Brasil

1. José Luís Santos (MpD) - Presidente
2. Lívio Fernandes Lopes (PAICV) - Vice-Presidente
3. Daniel Augusto Melo Lima Évora (MpD)
4. Dúnia Alice Monteiro Moreira de Almeida Pereira (PAICV)
5. Anilda Ineida Monteiro Tavares (MpD)
6. Sidónio Fontes Lima Monteiro (PAICV)
7. Clóvis Isildo Barbosa da Silva (PAICV)

4. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/China

1. Júlio Lopes Correia (PAICV) - Presidente
2. José Filomeno de Carvalho Dias Monteiro (MpD) - Vice-Presidente
3. Lívio Fernandes Lopes (PAICV)
4. Austelino Tavares Correia (MpD)
5. Nilda Maria Gonçalves de Pina Fernandes (PAICV)
6. António Jorge Delgado (MpD)
7. Afonso Silva Mendes da Fonseca (PAICV)

5. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Costa do Marfim

1. Orlando Pereira Dias (MpD) - Presidente
2. Arnaldo Andrade Ramos (PAICV) - Vice-Presidente
3. Miguel Pedro Sousa Monteiro (MpD)
4. Dúnia Alice Monteiro Moreira de Almeida Pereira (PAICV)
5. Nelson do Rosário de Brito (MpD)
6. Carlos Alberto Delgado (PAICV)
7. Pedro Amante de Ramiro Furtado (PAICV)

6. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Cuba

1. Sidónio Fontes Lima Monteiro (PAICV) - Presidente
2. David Lima Gomes (MpD) - Vice-Presidente
3. Maria da Luz Rocha Monteiro (PAICV)
4. Eurico Correia Monteiro (MpD)
5. Euclides Eurico Nunes de Pina, PAICV
6. Pedro Alexandre Tavares Rocha (MpD)
7. Susete Soares Moniz (PAICV)

7. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Federação Russa

1. Jorge Pedro Maurício dos Santos (MpD) - Presidente
2. Hermes Silva Santos (PAICV) – Vice - Presidente
3. Eunice Andrade da Silva Spencer Lopes (MpD)
4. Euclides Vieira Cardoso Centeio (PAICV)
5. Orlando Pereira Dias (MpD)
6. Maria Fernanda Mendes Varela (PAICV)
7. Joselito Monteiro Fonseca (PAICV)

8. Cabo Verde/França

1. Arnaldo Andrade Ramos (PAICV) - Presidente
2. Filipe Baptista Gomes Furtado (MpD) - Vice-Presidente
3. Alexandre José Duarte Fonseca Pacheco de Novais (PAICV)
4. Isa Filomena Soares da Costa (MpD)
5. António Alberto Mendes Fernandes (PAICV)
6. Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira (MpD)
7. Virgínia Baessa Cabral Gonçalves (PAICV)

9. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Guiné-Bissau

1. Jorge Arcanjo Livramento Nogueira (MpD) - Presidente
2. Armindo Cipriano Maurício (PAICV) - Vice-Presidente
3. Orlando Pereira Dias (MpD)
4. Hermes Silva Santos (PAICV)
5. Filomena Mendes Gonçalves (MpD)
6. Graça Maria Lopes de Carvalho Sanches (PAICV)
7. Justiniano Jorge Lopes de Sena (PAICV)

10. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Kuweit

1. Joanilda Lúcia Silva Alves (PAICV) - Presidente
2. Eunice Andrade da Silva Spencer Lopes (MpD)- Vice-Presidente
3. Carlos Tavares Rodrigues (PAICV)
4. Abraão Aníbal Fernandes Barbosa Vicente (MpD)
5. Fernando Lopes Robalo (PAICV)
6. Isa Filomena Soares da Costa (MpD)
7. Euclides Vieira Cardoso Centeio (PAICV)

11. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Mali

1. António Jorge Delgado (MpD)- Presidente
2. Afonso Silva Mendes da Fonseca (PAICV) - Vice-Presidente
3. Anilda Ineida Monteiro Tavares (MpD)
4. Fernando Jorge Spencer Ferreira Frederico (PAICV)
5. Miguel Pedro Sousa Monteiro (MpD)
6. Pedro Amante de Ramiro Furtado (PAICV)
7. Virgínia Baessa Cabral Gonçalves (PAICV)

12. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Moçambique

1. Nilda Maria Gonçalves de Pina Fernandes (PAICV) - Presidente
2. Joana Gomes Rosa (MpD)– Vice-Presidente
3. Alcídio José Gonçalves Tavares (PAICV)
4. Orlando Pereira Dias (MpD)
5. José Manuel Sanches Tavares (PAICV)
6. Abraão Aníbal Fernandes Barbosa Vicente (MpD)
7. Carlos António Silva Ramos (PAICV)

13. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Níger

1. David Lima Gomes (MpD)- Presidente
2. António Alberto Mendes Fernandes (PAICV) - Vice-Presidente
3. Orlando Pereira Dias (MpD)
4. Justiniano Jorge Lopes de Sena (PAICV)
5. Jorge Arcanjo Livramento Nogueira (MpD)
6. Clóvis Isildo Barbosa da Silva (PAICV)
7. Paulo Noel Rendall Leite de Oliveira Martins (PAICV)

14. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Portugal

1. Filomena de Fátima Ribeiro Vieira (PAICV) - Presidente
2. Arlindo do Rosário Nascimento (MpD) - Vice-Presidente
3. Joanilda Lúcia Silva Alves (PAICV)
4. Adalberto Higino Tavares Silva (MpD)
5. Arnaldo Andrade Ramos (PAICV)
6. Janine Tatiana Santos Lélis (MpD)
7. Cláudia Sofia Marques Rodrigues (PAICV)

15. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/República Federal da Alemanha

1. Eurico Correia Monteiro (MpD) - Presidente
2. Euclides Vieira Cardoso Centeio (PAICV) - Vice-Presidente
3. Eva Sulamita Monteiro Caldeira Marques (MpD)
4. Paulo Noel Rendall Leite de Oliveira Martins (PAICV)
5. Eunice Andrade da Silva Spencer Lopes (MpD)
6. Clóvis Isildo Barbosa da Silva (PAICV)
7. José Manuel Sanches Tavares (PAICV)

16. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/S.Tomé e Príncipe

1. Fernando Lopes Robalo (PAICV) – Presidente
2. Isa Filomena Soares da Costa (MpD) - Vice-Presidente
3. Graça Maria Lopes de Carvalho Sanches (PAICV)
4. José Cristiano de Jesus Monteiro (MpD)
5. Carlos Alberto Delgado (PAICV)
6. Jorge Arcanjo Livramento Nogueira (MpD)
7. Estêvão Barros Rodrigues (PAICV)

17. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Senegal

1. Filomena Mendes Gonçalves, (MPD) - Presidente
2. António Alberto Mendes Fernandes (PAICV) - Vice-Presidente
3. David Lima Gomes (MpD)
4. Maria da Luz Rocha Monteiro (PAICV)
5. Joana Gomes Rosa, (MpD)
6. Justiniano Jorge Lopes de Sena (PAICV)
7. Alcídio José Gonçalves Tavares (PAICV)

18. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Burkina Faso

1. Cláudia Sofia Marques Rodrigues (PAICV) - Presidente
2. Pedro Alexandre Tavares Rocha (MpD)- Vice-Presidente
3. Fernando Jorge Spencer Ferreira Frederico (PAICV)
4. Austelino Tavares Correia (MpD)
5. Julião Varela/Felisberto Alves Vieira (PAICV)
6. Anilda Ineida Monteiro Tavares (MpD)
7. Joselito Monteiro Fonseca (PAICV)

19. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Itália

1. Mário Ramos Pereira Silva, MPD - Presidente
2. Julião Varela/Felisberto Alves Vieira (PAICV) - Vice-Presidente
3. David Lima Gomes (MpD)
4. Dúnia Alice Monteiro Moreira de Almeida Pereira (PAICV)
5. Nelson do Rosário de Brito (MpD)
6. Carlos António Silva Ramos (PAICV)
7. Afonso Silva Mendes da Fonseca (PAICV)

20. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/Luxemburgo

1. Armindo Cipriano Maurício (PAICV) - Presidente
2. Joana Gomes Rosa (MpD)- Vice-Presidente
3. Maria Fernanda Mendes Varela (PAICV)
4. Jorge Pedro Maurício dos Santos (MpD)
5. Susete Soares Moniz (PAICV)
6. Anilda Ineida Monteiro Tavares (MpD)
7. Julião Varela/Carlos Tavares Rodrigues (PAICV)

21. Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/República Checa

1. Hermes Silva Santos (PAICV) - Presidente
2. Janine Tatiana Santos Lélis (MpD)- Vice-Presidente
3. Maria Fernanda Mendes Varela (PAICV)
4. Pedro Alexandre Tavares Rocha (MpD)
5. Carlos Alberto Delgado (PAICV)
6. Emanuel Alberto Duarte Barbosa (MpD)
7. Alexandre José Duarte Fonseca Pacheco de Novais (PAICV)

ACTIVIDADE PARLAMENTAR INTERNACIONAL

PARLAMENTO DA CEDEAO

Os cinco Deputados representantes do Parlamento cabo-verdiano na CEDEAO participaram na Sessão Ordinária que decorreu de 16 de Setembro a 1 de Outubro, em Abuja, Nigéria:

- Filomena de Fátima Ribeiro Vieira
- Orlando Pereira Dias
- Carlos Alberto Delgado
- Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira
- Alcídio José Gonçalves Tavares

A Assembleia Nacional apoiou a preparação e realização da Reunião Descentralizada da Comissão Mista (Comissão da Saúde e Serviços Sociais e Comissão Género, Trabalho, Emprego e Bem-estar Social), realizada na Praia, de 13 a 17 de Fevereiro, e na qual participaram os Deputados nacionais. Na abertura e no encerramento estiveram presentes o Presidente e o 1º Vice-Presidente da Assembleia Nacional.

PARLAMENTO PAN-AFRICANO (PAP)

A Assembleia Nacional participou na VI Sessão Ordinária do PAP, que decorreu de 16 a 20 de Janeiro, em Adis Abeba, com a presença dos seguintes Deputados:

- Lívio Fernandes Lopes
- Jorge Maurício dos Santos
- Felisberto Alves Vieira
- Justiniano Lopes de Sena

Os dois Deputados da AN abaixo designados, que integram o PAP, participaram na missão de observação eleitoral da UA/PAP na Guiné-Bissau, de 11 a 23 de Março:

- Lívio Fernandes Lopes
- Jorge Maurício dos Santos

A VII Sessão Ordinária, e última da II Legislatura do PAP, que decorreu de 21 a 31 de Maio, em Midrand, Joanesburgo (África do Sul), contou com a presença dos seguintes Deputados:

- Lívio Fernandes Lopes
- Jorge Maurício dos Santos
- Felisberto Alves Vieira

Participação de um Deputado que integra o PAP na missão de observação eleitoral da UA/PAP na Líbia, de 4 a 13 de Julho:

- Lívio Fernandes Lopes

ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Uma delegação chefiada pelo Presidente da Assembleia Nacional participou na III Assembleia Parlamentar da CPLP, que decorreu em Díli, Timor-Leste, de 21 a 23 de Setembro. A delegação integrou as seguintes entidades:

- Presidente da Assembleia Nacional, Dr. Basílio Mosso Ramos
- Deputado José Manuel Gomes Andrade, Líder do Grupo Parlamentar do PAICV
- Deputado Fernando Elísio Freire de Andrade, Líder Parlamentar do MpD
- Secretário-Geral da Assembleia Nacional, Dr. Adalberto de Oliveira Mendes
- Técnico Parlamentar Principal da DSRPI, Dr. António Pedro Silva

Participação de um Deputado da AN que integra a AP CPLP na missão de observação eleitoral da CPLP na Guiné-Bissau, de 11 a 22 de Março:

- Armindo Cipriano Maurício

(por força do Estatuto de Observação Eleitoral da CPLP, o Sr. Deputado acabou por chefiar a Missão de Observação, em substituição do chefe de missão inicialmente designado)

A Assembleia Nacional esteve representada, em Lisboa, de 8 a 9 de Maio, na Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais e preparatória da IV Assembleia Parlamentar da CPLP, através do Deputado a seguir indicado:

- Armindo Cipriano Maurício

UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Os três Deputados abaixo designados participaram na 125ª Assembleia da UIP, que decorreu em Berna, Suíça, de 16 a 19 de Outubro:

- Deputado Júlio Lopes Correia, 1º Vice-Presidente da ANCV e Presidente do Grupo Nacional da UIP
- Deputada Maria da Luz Rocha Monteiro
- Deputado Jorge Livramento Nogueira
- Técnico Parlamentar, Sr. Joaquim Augusto Gomes, Assessor do PAN para as Relações Internacionais

ASSEMBLEIA PARLAMENTAR PARITÁRIA ÁFRICA CARAÍBAS E PACÍFICO – UNIÃO EUROPEIA

Participação do Deputado representante da AN na APP ACP-UE na Reunião da Comissão dos Assuntos Sociais e Ambiente, de 3 a 6 de Outubro, em Bruxelas, Bélgica:

- Arnaldo Andrade Ramos

Participação de um Deputado, em substituição do Deputado efectivo, na reunião da Comissão dos Assuntos Sociais e do Ambiente, de 21 e 22 de Março, em Bruxelas:

- Alexandre Pacheco de Novais

OUTRAS MISSÕES DOS DEPUTADOS AO EXTERIOR

No âmbito da Comissão Eventual de Reforma do Parlamento, três Deputados efectuaram uma visita de estudo à Assembleia da República de Portugal, de 18 a 22 de Dezembro. Constituíram a delegação as seguintes entidades :

- Deputado Arnaldo Andrade Ramos
- Deputado Jorge Pedro Maurício dos Santos
- Deputado Lívio Fernandes Lopes
- Redactor Paulo Ferreira Veríssimo

Três Deputados da Comissão Especializada de Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e Comunicação Social deslocaram-se à Sede do Parlamento das Canárias, em Tenerife, de 10 a 13 de Fevereiro, para

uma visita de estudo:

- Clóvis Barbosa da Silva
- Joana Gomes Rosa
- Dúnia de Almeida Pereira

Uma delegação de quatro Deputados membros do Grupo Parlamentar de Amizade Cabo Verde/França visitou a Assembleia Nacional francesa, a convite do Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade França/Cabo Verde, de 13 a 19 de Fevereiro. Chefiada pelo respectivo Presidente do Grupo, a delegação integrou também um funcionário parlamentar:

- Deputado Arnaldo Andrade Ramos
- Deputado Filipe Gomes Furtado
- Deputado António Mendes Fernandes
- Deputada Isa Soares da Costa
- Técnico Parlamentar, Sr. António Pedro Silva

Participação da Presidente da Rede de Parlamentares para o Ambiente, Luta contra a Desertificação e Pobreza no VI Fórum Regional organizado pelo Programa Regional para a Conservação da Zona Costeira e Marinha da África Ocidental, de 20 a 24 de Fevereiro, em Banjul, Gâmbia:

- Deputada Eunice Spencer Lopes

Participação de dois Deputados na V Conferência Internacional dos Parlamentares sobre a Implementação do Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD), organizado pela UNFPA (Fundo das Nações Unidas para a População) e pelo Fórum Parlamentar Europeu para a População e Desenvolvimento, de 24 a 25 de Maio, em Istambul, Turquia:

- José Manuel Sanches Tavares
- Arlindo Nascimento do Rosário

Visita à Alemanha de uma delegação parlamentar da Assembleia Nacional constituída por quatro Deputados e um Chefe de Divisão, a convite do Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade do Parlamento alemão com os Estados Anglófonos e Lusófonos da África Ocidental e Central, realizada de 10 a 17 de Junho:

- Deputada Nilda de Pina Fernandes, Secretária da Mesa da AN e Chefe da Delegação

- Deputada Eva Caldeira Marques
- Deputado Euclides Cardoso Centeio
- Deputado João dos Santos Luís
- Chefe da Divisão de Impacto Legislativo e Apoio Técnico às Comissões, Sr. Luís de Oliveira Lima

Secretário-Geral da Assembleia Nacional :
Missão chefiada pelo Secretário-Geral à Assembleia da República, de 12 a 16 de Dezembro, para a avaliação final do Programa de Cooperação 2009-2011 e assinatura do Programa de Cooperação 2011-2014;

Participação do Secretário-Geral no Seminário Regional para os Parlamentos da África Ocidental, organizado pelo PNUD e pela Assembleia Nacional da França, de 4 a 8 de Junho, em Cotounou, Benin, acompanhado de outros Dirigentes e Funcionários;

Visita de estudo à Assembleia da República de Portugal, de 24 a 28 de Outubro, no âmbito do Programa de Cooperação;

Participação de um Dirigente na formação sobre a "Organização do Trabalho Parlamentar", na Escola Nacional da Administração (ENA), em parceria com a Assembleia Nacional e o Senado francês, de 6 a 30 de Março;

Participação de um Secretário Parlamentar afecto aos serviços de protocolo, na DSRPI, no estágio "on the job" sobre o Cerimonial Político na ARP, de 18 a 27 de Abril, no âmbito da cooperação parlamentar com a Assembleia da República de Portugal;

Participação de dois Técnicos Parlamentares da Divisão de Estudos de Impacto Legislativo e Apoio Técnico às Comissões no estágio "on the job" junto da Comissão Especializada de Orçamento, Finanças e Administração Pública e da Unidade Técnica de Apoio Orçamental da ARP, de 7 a 11 de Maio, no âmbito da cooperação parlamentar com a Assembleia da República de Portugal;

Participação de Técnicos Parlamentares da Divisão de Gestão Financeira na Formação em "Técnicas de Orçamentação e Contabilidade Pública" e em "Encerramento de Contas Anuais, Estrutura e Elaboração da Conta de Gerência", na Assembleia da República, de 28 de Maio a 8 de Junho;

Participação de dois dirigentes no Workshop sobre o Projecto BUNGENI – Sistema de Informação Legislativa e parlamentar, realizado em Maputo, de 16 a 20 de Julho.

MISSÕES PARLAMENTARES A CABO VERDE

De 23 a 26 de Abril, a Assembleia Nacional acolheu a missão do Deputado Lassané Savadogo, portador de uma mensagem do Presidente da Assembleia Nacional do Burkina Faso ao Presidente da Assembleia de Cabo Verde, relativa à candidatura do mesmo Deputado a Presidente do PAP.

A Assembleia Nacional acolheu, igualmente, de 15 a 16 de Maio, a missão do enviado do Presidente da Câmara dos Representantes da Nigéria, o Deputado Bethel Nnameka Amadi e 1º Vice-Presidente do PAP, para entrega de uma mensagem relativa à solicitação de apoio à candidatura deste ao cargo de Presidente do PAP.

OUTRAS MISSÕES PARLAMENTARES A CABO VERDE

No quadro da cooperação parlamentar com a Assembleia da República de Portugal, a Assembleia Nacional recebeu uma delegação da Assembleia da República, constituída pelo Chefe da Divisão do Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas e pela Assessora Parlamentar da Divisão de Protocolo, que se deslocaram a Cabo Verde, de 26 de Junho a 6 de Julho, para a Assessoria (troca de experiências) *on the job* sobre o Cerimonial Político e as Relações com a Comunicação Social na Sessão Solene de 5 de Julho".

ACTIVIDADES NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

No Ano Parlamentar 2011 – 2012, o serviço de relações públicas da Assembleia Nacional acolheu alunos das escolas do ensino básico e secundário de vários concelhos da ilha de Santiago, que visitaram a Sede do Parlamento especialmente no âmbito do cumprimento dos curricula escolares.

Além desta categoria de visitantes, a Assembleia recebeu a visita de alunos e professores universitários e de grupos culturais interessados em conhecer o edifício do Parlamento e o seu funcionamento.

Foram cerca de mil e quatrocentos, o número de visitantes que a Assembleia Nacional recebeu no ano parlamentar em causa, distribuindo-se pelas instituições a seguir indicadas:

Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva
Associação Comunitária para o Desenvolvimento do Brasil ASA
Polo Educativo nº X - Escola do Ensino Básico Integrado "SOS"
Alunos e Professores Universitários dos EUA
Escola Capelinha
Pólo Educativo nº VI de Cutelo Branco
Pólo Educativo nº 1 de Achada São Filipe
Escola Secundária Fulgêncio Tavares de São Domingos
Escola Paulo Monteiro Varela de São Salvador do Mundo
Pólo Educativo nº 1 de Assomada
Escola Secundária Armando Napoleão Fernandes de Assomada
Pólo Educativo nº III de Chão Rodrigues, São Salvador do Mundo
Escola de Achada Leitão, São Salvador do Mundo
Escola Secundária Constantino Semedo de Achada São Filipe
Escola Secundária de São Miguel
Deficientes Audiovisuais da Universidade Jean-Piaget
Escola de São Martinho
Escola de Achada Mato
Escola de São Pedro
Turma Bilingue de Crianças Portuguesas
Alunos da Escola "LES ALIZÉS"
Grupo de Batucadeiras "Nos Herança", da Cidade Velha, e residentes em Burrela, Espanha

Como habitualmente, o Palácio da Assembleia Nacional constituiu o espaço central da comemoração oficial do aniversário da Independência Nacional, acto político-protocolar ao qual assistiram autoridades políticas, judiciais, civis, militares e religiosas, além do Corpo Diplomático e da sociedade civil.

Inseridos nas visitas protocolares e de cortesia devidas ao Presidente da Assembleia Nacional, deslocaram-se à Sede do Parlamento, entre Outubro de 2011 e Julho de 2012, entidades estrangeiras como: o Director-Adjunto da Divisão de Cooperação Regional e Técnica da ONU-Habitat e Director

Regional para a África; o Presidente do Grupo do Sahel, Ministro de Estado e Presidente da Comissão de Relações Externas do Reino da Bélgica; a Ministra da Comunicação Social de Angola; a Ministra da Saúde e Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe; os Embaixadores do Reino Unido, Portugal, Guiné-Bissau, Áustria, Senegal, Espanha, Luxemburgo, Brasil, França e EUA.

A projecção da instituição parlamentar junto da sociedade civil e do público, em geral, foi também testemunhada através da presença do Presidente da Assembleia Nacional em actos e eventos oficiais organizados por outras instituições, e que o mesmo presidiu, como por exemplo o encerramento da Semana de Língua Materna; a Cerimónia Militar de Homenagem às Mulheres Militares do sexo feminino, por ocasião do Dia da Mulher Cabo-verdiana; a abertura da V Assembleia-Geral da ARCTEL, no âmbito do III Fórum Lusófono das Comunicações; o encerramento do Encontro Sub-regional Tripartido sobre a Erradicação do Trabalho Infantil; a cerimónia de abertura do Fórum “Caminhos da Liberdade”, no âmbito do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa; a cerimónia de abertura da V Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP. Ademais, o Presidente da Assembleia efectuou visitas a instituições do ensino superior e profissional da Praia e arredores; a instituições de carácter social, enquadradas nas celebrações de Março, o mês da Mulher; ao Comando Regional da Polícia Nacional; aos jardins infantis, no quadro das comemorações do dia da criança e ao Núcleo Operacional da Sociedade da Informação.

REDES PARLAMENTARES

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

REDES PARLAMENTARES

Os Deputados da Assembleia Nacional, no âmbito das suas relações com a sociedade ou com o exterior, podem constituir Redes Parlamentares em diversas áreas. Actuam junto da sociedade através de acções concretas, troca de experiências com outras redes e ONG, fóruns de debate, difusão de conhecimento entre outras.

É assim que, para a VIII Legislatura, sob a presidência de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, Dr. Basílio Mosso Ramos, foram constituídas as seguintes redes:

- Rede de Mulheres Parlamentares,
- Rede de Parlamentares para o Meio Ambiente e Luta contra a Desertificação e a Pobreza,
- Rede para População e Desenvolvimento.

REDE DE MULHERES PARLAMENTARES

É composta por todas as Deputadas da Assembleia Nacional, em efectividade de funções. É um instrumento privilegiado de relacionamento e cooperação entre as mulheres parlamentares e as organizações homólogas de outros países. Tem como objectivo principal assegurar a defesa dos interesses e igualdade de direitos entre homens e mulheres parlamentares na perspectiva do género.

Para além disso, constituem objectivos da Rede: a troca de experiência com organizações homólogas de outros países e com grupos de amizade no domínio da promoção de iniciativas legislativas a favor do género e particularmente em benefício da defesa dos interesses da mulher, da criança e da família; incentivar as entidades competentes, por forma a implementar as convenções e recomendações internacionais, em matérias respeitantes a mulher, a criança e a família; participar activamente na discussão e aprovação do Programa do Governo, do Orçamento do Estado, das Grandes Opções do Plano e do PND, na perspectiva do género; promover estudos e pesquisas necessários à elaboração de projectos de lei e a sua apresentação ao Parlamento; assegurar a elevação da capacidade das mulheres parlamentares, através de ateliers, seminários e conferências a fim de exercerem activamente os seus direitos e participarem no processo de desenvolvimento do país e na esfera política; promover a publicação e a difusão de informações no seio da população; coordenar a participação dos seus

membros nas actividades dos vários "fóruns" interparlamentares e organizações nacionais e internacionais de mulheres e mobilizar o eleitorado feminino para o exercício da cidadania.

A primeira Rede de Mulheres Parlamentares da VIII Legislatura foi constituída a 07 de Dezembro de 2011. Nesse dia foram eleitos os seguintes órgãos:

Composição dos Órgãos:
Presidente: Cláudia Sofia Marques Rodrigues (PAICV)

Assembleia Geral:

- **Presidente**: Cláudia Sofia Marques Rodrigues (PAICV)
- **Vice-Presidente**: Joana Gomes Rosa (MpD)
- **Secretária**: Graça Maria Lopes de Carvalho Sanches (PAICV)

Conselho Fiscal:

- **Presidente**: Filomena Mendes Gonçalves (MpD)
- **Vice-Presidente**: Suzete Soares Moniz (PAICV)
- **Vogal**: Virgínia Baessa Cabral Gonçalves (PAICV)

Com a saída da Presidente, a Deputada Cláudia Sofia Marques Rodrigues, houve a necessidade de eleger novos órgãos. Assim, a partir de 24 de Julho de 2012, a Rede de Mulheres Parlamentares passou a ter a seguinte composição:

Presidente: Graça Maria Lopes de Carvalho Sanches (PAICV)

Assembleia Geral:
Presidente: Graça Maria Lopes de Carvalho Sanches (PAICV)
Vice-Presidente: Joana Gomes Rosa (MpD)
Secretária: Virgínia Baessa Cabral Gonçalves (PAICV)

Conselho Fiscal:
Presidente: Filomena Mendes Gonçalves (MpD)

Vice-Presidente: Suzete Soares Moniz (PAICV)
Vogal: Maria Fernanda Varela (PAICV)

Actividades Desenvolvidas

27 de Março de 2012 - Apresentação do projecto "Autarquia 2012: advocacia para aumento da participação das mulheres", com o objectivo de aumentar em 40 por cento a participação das mulheres nas listas para as eleições autárquicas de Julho.

REDE PARLAMENTAR PARA O MEIO AMBIENTE E A LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO E A POBREZA

A Rede Parlamentar para o Meio Ambiente e a Luta Contra a Desertificação e a Pobreza tem como um dos objectivos fundamentais contribuir para que as matérias do ambiente, do ordenamento do território, da luta contra a desertificação e contra a pobreza figurem, com a prioridade devida, na agenda parlamentar. Esta contribuição pode ser feita através de iniciativas legislativas, de debates, audições e controlo da actividade governativa.
Objectivos da Rede:

a) Criar espaços de informação, formação e debate sobre ternas relacionados com o ambiente, o ordenamento do território, e a luta contra a desertificação e a pobreza;

b) Contribuir para que a Assembleia Nacional assuma plenamente as suas competências em matéria de definição da política ambiental, do ordenamento do território, de luta contra a desertificação e de redução da pobreza;

c) Contribuir para que as matérias do ambiente, do ordenamento do território, da luta contra desertificação e contra a pobreza figurem, com a prioridade devida, na agenda parlamentar, através de iniciativas legislativas, de debates, audições e controlo da actividade governativa;

d) Promover o conhecimento e o debate dos principais instrumentos, regionais, nacionais internacionais, de protecção ambiental e do ordenamento do território, designadamente a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e o Programa Nacional de Luta Contra Desertificação e de Mitigação dos Efeitos da Seca, e o Plano de Acção Nacional do Ambiente;

e) Promover o conhecimento e o debate da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza;

f) Contribuir para a elevação da consciência dos cidadãos quanto aos problemas ambientais e para intervenção cívica em matéria de prevenção e combate a condutas que atentem contra o meio ambiente e o direito do cidadão a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado;
g) Contribuir para a defesa da qualidade dos componentes ambientais naturais e do ordenamento do território, através, designadamente, de acções de informação e de intervenção na comunicação social e na sociedade;

h) Contribuir para uma justa afectação de recursos do Estado, incluindo os provenientes da cooperação internacional, a políticas efectivas de combate aos efeitos da seca e da pobreza, e de preservação da água, fauna e ar;

i) Estabelecer e desenvolver relações de cooperação e intercâmbio com instituições congéneres externas;

j) Tudo mais que contribua para o desenvolvimento sustentável do país, a luta contra a desertificação, o ordenamento do território, e garantia do direito dos cidadãos a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, e para a redução da pobreza.

A Rede foi constituída a 5 de Dezembro de 2011. No acto de eleição dos seus órgãos o Presidente da Assembleia sublinhou a importância da referida Rede que trata de questões de extrema importância para o nosso país. Incentivou os seus membros a se organizarem e se dedicarem à luta por um Ambiente melhor e para tudo fazerem para debelarem a desertificação e a pobreza. Afirmou que a Mesa e que ele próprio estarão sempre disponíveis para apoiar as Redes Parlamentares.

Composição dos Órgãos:
Presidente: Eunice Andrade Silva Spencer Lopes (MpD)
Vice-Presidente: Euclides Eurico Nunes de Pina (PAICV)
Secretário: Afonso Silva Mendes da Fonseca (PAICV)

Conselho Fiscal:
Presidente: Fernando Lopes Vaz Robalo (PAICV)
Vice-Presidente: Abraão Aníbal Barbosa Vicente, MPD
Vogal: Carlos António Silva Ramos (PAICV)

Actividades Desenvolvidas

Projecto 7 Maravilhas

A Rede de Parlamentares para o Ambiente, Luta Contra a Desertificação e Pobreza elegeu como actividade fundamental para este ano Parlamentar o projecto 7 Maravilhas Naturais de cada Município e de Cabo Verde, que se assenta numa visão estratégica de reforçar a identidade nacional, através da promoção, valorização e preservação da natureza.

Para a implementação deste projecto, torna-se importante congregar à volta do mesmo a sociedade civil, parceiros públicos e privados. É nesta lógica que se realizou a apresentação pública do projecto 7MCV como forma de se conseguir o engajamento de todos a essa causa.

Igualmente promoveu um concurso público para elaboração do site, slogan e logótipo do projecto e já se apuraram os vencedores do concurso que vão se encarregar de conceber essas ferramentas que vão vigorar em todas as fases do Projecto.

Atelier das Organizações da Sociedade Civil Cabo-Verdiana sobre o Ambiente intitulado “Juntos na Preservação do Ambiente”.

O Atelier das ONG da sociedade civil que operam no sector ambiental visa melhor capitalizar as experiências dos actores ambientais e conseguir uma gestão integrada do ambiente, fazendo com que a sociedade cabo-verdiana adira a um pacto que traga à tona todas as questões ambientais que o país enfrenta e as possíveis soluções para sua efectiva resolução. O atelier teve como parceiros a RAMAO, e a Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento ADAD e foi financiado pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e pelo Programa Regional para Protecção da Zona Costeira e Marinha da Costa Ocidental Africana (PRCM).

Rio +20

A Presidente da Rede de Parlamentares para o Ambiente, Luta Contra a Desertificação e Pobreza, Deputada Eunice Andrade Silva Spencer Lopes, participou na Cúpula Mundial de Legisladores, um evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

A realização deste importante evento tinha por objectivo a partilha de preocupações e formação de consensos para o envolvimento dos parlamentares na implementação da agenda Rio+20, reconhecendo o papel dos legisladores no impulsionamento da agenda do desenvolvimento sustentável dos respectivos países.

No evento participaram cerca de 300 delegados, entre parlamentares, representantes de organizações e ONG internacionais, com foco na degradação contínua do Planeta Terra, onde hoje habitam 7 mil milhões de seres humanos, reconhecendo o crescimento económico em simultâneo com o alastramento da pobreza, sobretudo nos países com grandes recursos naturais.

A Cúpula Mundial de Legisladores concluiu com a assinatura de um protocolo de legisladores dos parlamentos participantes, tendo ficado estabelecido um processo internacional, no qual a cada dois anos os membros se reunirão no Rio de Janeiro para monitorar a implementação dos compromissos assumidos pelos chefes de estado, desenvolver legislações nacionais e integrar os recursos naturais nos processos contáveis públicos.

O protocolo de legisladores foi subscrito por parlamentares de 85 países e em traços gerais resume-se a:

- Renovação do compromisso político com o Desenvolvimento sustentável assente em três dimensões – o crescimento económico, a protecção ambiental e justiça social;
- Fortalecer a governança e a resposta legislativa para o desenvolvimento sustentável, seja a nível internacional, nacional ou local;
- O incentivo à inclusão do Capital Nacional nas contas nacionais, na análise de políticas e no processo decisório.

REDE PARA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A constituição da Rede para a População e o Desenvolvimento teve lugar a 5 de Dezembro de 2011.

Composição dos Órgãos:
Presidente: José Manuel Sanches Tavares (PAICV)
Vice-Presidente: Arlindo Nascimento do Rosário (MpD)
Secretária: Maria Fernanda Mendes Varela (PAICV)

Conselho Fiscal:
Presidente: Eva Sulamita Monteiro Caldeira Marques (MpD)
Vice-Presidente: Suzete Soares Moniz (PAICV)
Vogal: Euclides Centeio (PAICV)

Assembleia Geral:
Presidente: Basílio Mosso Ramos (PAICV)
Vice-Presidente: Maria da Luz Monteiro (PAICV)
Vogal: José Luís Santos (MpD)

A Rede Parlamentar para a População e o Desenvolvimento define como prioridade trabalhar junto das ONG (Organizações Não Governamentais) que trabalham com a saúde sexual e reprodutiva, o abandono escolar, a delinquência juvenil, o alcoolismo, a fim de ajudar na resolução desses problemas.

Actividades Desenvolvidas
24 e 25 de Maio, em Istambul, Turquia – Participação na V Conferência de Parlamentares sobre a Implementação do Programa de Acção da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento (CIPD);

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

O PRESIDENTE, A MESA E OS DEPUTADOS À ASSEMBLEIA NACIONAL

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

ACTIVIDADES DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL

De Outubro de 2011 a Julho deste ano de 2012, o Presidente da Assembleia Nacional participou em diversas actividades, tendo presidido as seguintes:

- Encerramento da IX Assembleia-Geral da Cruz Vermelha que decorreu na cidade da Praia sob o lema "A caminho de 2020: fazer mais, fazer melhor, ir mais longe" (04 de Setembro de 2011);
- Investidura do Presidente da República (09 de Setembro de 2011);
- Sessão de abertura da 3ª edição da Feira Internacional de Construção e Habitação (07 de Outubro de 2011);
- Acto de abertura de um seminário sobre "O Papel do Deputado Face aos Novos Desafios do Parlamento Cabo-verdiano", destinado aos Deputados da VIII Legislatura (17 Outubro de 2011);
- Preside as reuniões constitutivas para a eleição dos membros da Direcção das Redes Parlamentares da Assembleia Nacional (05, 06 e 07 de Dezembro de 2011);
- Confere posse aos novos dirigentes da Assembleia Nacional (21 de Fevereiro de 2012);
- Preside o acto de homenagem às militares do sexo feminino no dia da Mulher Cabo-verdiana (27 de Março de 2012);
- Preside a cerimónia oficial de encerramento da "Semana di Língua Maternu", promovida pela Universidade de Cabo Verde (09 de Março de 2012);
- Preside a cerimónia de abertura da IV Assembleia-Geral da Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (23 de Abril de 2012);
- Preside a cerimónia de abertura do Fórum "Caminhos da Liberdade" promovido pela Direcção Geral da Comunicação Social para assinalar o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (03 de Maio de 2012);
- Preside a V Reunião dos Ministros do Ambiente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (04 de Maio de 2012);
- Preside o acto de encerramento das Jornadas Anuais da Governação em África/2012, promovidas pela Aliança para Reconstruir a Governação em África (12 de Julho de 2012);
- Preside a cerimónia de encerramento do 1º Encontro Nacional dos Militares na Reserva e na Reforma (13 de Julho de 2012).

Visitas

Instituições de cariz social

O Presidente da Assembleia Nacional visitou algumas instituições de cariz social com destaque para as que trabalham com crianças e adolescentes portadores de deficiência, reclusos, idosos e toxicodependentes. O objectivo principal destas visitas foi levar uma mensagem de confiança, solidariedade e esperança às camadas desfavorecidas e partilhar o espírito natalício.

Instituições visitadas: Associação Acarinhar, Associação de Apoio ao Desenvolvimento e à Integração da Criança Deficiente (Problemas de Surdez), Lar de Idosos de Pensamento, Tenda El-Shadai, Hospital da Trindade e Cadeia de São Martinho.

Estabelecimentos de Ensino

O Presidente da Assembleia Nacional, acompanhado de Deputados da Comissão Especializada da Educação, Juventude Cultura e Desporto, visitou algumas instituições de ensino da ilha de Santiago com o propósito de contactar os diferentes sectores da sociedade e conhecer melhor a realidade cabo-verdiana. Basílio Mosso Ramos ficou satisfeito com os avanços obtidos, mas defendeu maior publicitação daquilo que se faz nos estabelecimentos universitários e nos centros de formação profissional.

Estabelecimentos visitados: Universidade de Cabo Verde, Universidade Jean Piaget, Centro de Formação Profissional da Praia e da Variante e a Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde.

Direcção da Polícia Nacional

O Presidente da Assembleia Nacional visitou as instalações da Polícia Nacional para se inteirar do funcionamento dos serviços centrais daquela instituição. Basílio Mosso Ramos fez-se acompanhar de uma delegação parlamentar constituída por Deputados das duas bancadas parlamentares.

Instituições ligadas a mulheres

No quadro das comemorações de “Março – mês da Mulher”, o Presidente da Assembleia Nacional visitou algumas instituições ligadas a mulheres, localizadas no interior de Santiago e na cidade da Praia. A visita começou em Santa Cruz com deslocações ao Centro de Acolhimento de Mães Solteiras e à Associação de Mulheres Empreendedoras. Seguiu-se São Domingos, onde o Presidente do Parlamento encontrou-se

com as batucadeiras daquela localidade. Na capital visitou o Centro de Formação de Polícias, Daniel Monteiro, onde dirigiu uma mensagem às polícias do sexo feminino, e a Maternidade do Hospital Agostinho Neto.

Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI)

O Presidente da Assembleia Nacional, acompanhado de uma delegação Parlamentar, visitou o Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação – NOSI. A visita pretendeu, essencialmente, inteirar-se da governação electrónica e da sociedade de Informação e dos grandes projectos em curso neste domínio.

Ilha do Sal

Como eleito dessa ilha, o Presidente a visitou regularmente. Durante a sua estada, o Presidente deslocou -se a diversas localidades para contactos com a população, visitou os serviços desconcentrados do Estado e fez visitas a privados.

Deslocações ao Estrangeiro

Uma delegação da Assembleia Nacional, composta pelo seu Presidente Basílio Mosso Ramos e pelos líderes parlamentares do PAICV e MpD, respectivamente, José Manuel Andrade e Fernando Elísio Freire, participou em Díli (Timor Leste), entre os dias 20 e 23 de Setembro, na III Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP).

Audiências do Presidente da Assembleia Nacional

O Presidente da Assembleia Nacional concedeu neste Ano Parlamentar audiências a entidades nacionais e estrangeiras conforme o quadro indicado.

Audiências	Nº de Audiências
Audiências a entidades nacionais	12
Audiências a entidades estrangeiras	24

ANUÁRIO PARLAMENTAR
2011 - 2012

ANEXOS

Anuário Parlamentar
2011 - 2012

LEIS APROVADAS

Nº do Diploma	Assunto	Boletim Oficial
Lei nº 11/VIII/2011	Redução de algumas taxas de direitos aduaneiros, nos termos da lista anexa à presente Lei.	Nº 42 de 30 - 12 - 2012 (4º Suplemento)
Lei nº 12/VIII/2012	Estabelece as bases gerais da protecção civil.	Nº 16 de 07 - 03 - 2012
Lei nº 13/VIII/2012	Estabelece as bases gerais que permitam acelerar e facilitar a realização de investimentos em Cabo Verde.	Nº 39 de 11 - 07 - 2012
Lei nº 14/VIII/2012	Define o regime jurídico das entidades reguladoras independentes nos sectores económico e financeiro.	Nº 39 de 11 - 07 - 2012
Lei nº 15/VIII/2012	Concede ao Governo autorização legislativa para definir e aprovar os Estatutos dos Militares.	Nº 41 de 19 - 07 - 2012
Lei nº 16/VIII/2012	Concede ao Governo autorização para legislar no sentido de alterar o Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, sobre a disponibilização da internet em Banda Larga e serviços de comunicação móveis.	Nº 41 de 19 - 07 - 2012
Lei nº 17/VIII/2012	Redefine o regime jurídico tributário da Taxa Ecológica, criado pela Lei nº 76/VII/2010, de 23 de Agosto.	Nº 50 de 23 - 08 - 2012
Lei nº 18/VIII/2012	Cria o Gabinete de Recuperação de Activos e o Gabinete de Administração de Bens	Nº 52 de 13 - 09 - 2012
Lei nº 19/VIII/2012	Define o regime jurídico das sondagens e inquéritos de opinião produzidos com finalidade de divulgação pública.	Nº 52 de 13 - 09 - 2012
Lei nº 20/VIII/2012	Altera a Pauta Aduaneira, de conformidade com a lista anexa à presente lei, que dela faz parte integrante	Nº 68 de 14 - 12 - 2012
Lei nº 21/VIII/2012	Altera os artigos 5, 10 e 11 da Lei nº 88/VI/2006, de 9 de Janeiro, que consagra as regras que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais em ordem à protecção do utente.	Nº 69 de 19 - 12 - 2012
Lei nº 22/VIII/2012	Altera algumas taxas de direitos aduaneiros, nos termos da lista em anexo, do qual faz parte integrante da presente lei.	Nº 69 de 19 - 12 - 2012

RESOLUÇÕES APROVADAS

Nº do Diploma	Assunto	Boletim Oficial
30/VIII/2011	Cria uma Comissão Eventual de Redacção.	Nº 36 de 07 - 11 - 2012
31/VIII/2011	Altera a composição de algumas Comissões Especializadas	Nº 37 de 14 - 11 - 2012
32/VIII/2011	Aprova, para ratificação, o Acordo entre a República de Cabo Verde e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa sobre a instalação da Sede do Centro de Formação Médica Especializada da CPLP em Cabo Verde.	Nº 37 de 14 - 11 - 2012
33/VIII/2011	Elege os Cidadãos Carlos Jorge Fernandes Moura, João Francisco de Brito dos Santos, Silvino Pires Amador e Daniel Lopes Pereira de Barros para integrarem o Conselho Superior da Magistratura.	Nº 37 de 14 - 11 - 2012
34/VIII/2011	Elege os Cidadãos Raquel Odete Fortes, Edelfride de Santa Filomena Sousa Barbosa Almeida, Albino Silva Moreira e Mário Gomes Fernandes para integrarem o Conselho Superior do Ministério Público.	Nº 37 de 14 - 11 - 2012
35/VIII/2011	Cria uma Comissão Eventual de Redacção.	Nº 42 de 26 - 12 - 2011
36/VIII/2011	Altera a Resolução nº 10/VIII/2011 que designa os Deputados que integram o Grupo Nacional à Assembleia Parlamentar da Francofonia (APF).	Nº 42 de 26 - 12 - 2011
37/VIII/2011	Altera a Resolução nº 11/VIII/2011 que designa os Deputados que integram o Parlamento Pan-Africano (PANA).	Nº 42 de 26 - 12 - 2011
38/VIII/2011	Altera a Resolução nº 16/VIII/2011 que cria os Grupos de Amizade e define a sua composição.	Nº 42 de 26 - 12 - 2011
39/VIII/2011	Altera a Resolução nº 123/V/99 de 21 de Junho, na redacção dada pela Resolução nº 100/VII/2009, de 11 de Maio e pela Resolução nº 28/VIII/2011, de 16 de Agosto.	Nº 42 de 26 - 12 - 2011
40/VIII/2011	Aprova, para adesão, o Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quito Revista) concluído em Bruxelas em 26 de Junho de 1999.	Nº 42 de 29 - 12 - 2011

Nº do Diploma	Assunto	Boletim Oficial
41/VIII/2012	Aprova o Orçamento Privativo da Assembleia Nacional para o ano de 2012.	Nº 2 de 12 - 01 - 2012
42/VIII/2012	Cria uma Comissão Eventual de Redacção.	Nº 8 de 09 - 02 - 2012
43/VIII/2012	Prorroga por um período de 90 dias o prazo inicial concedido à Comissão Eventual para a Reforma do Parlamento.	Nº 8 de 09 - 02 - 2012
44/VIII/2012	Reconhecida a qualidade de beneficiário dos direitos nas alíneas a) a g) do número 1 do artigo 6º da Lei nº 82/VI/2008, de 12 de Setembro, a alguns cidadãos.	Nº 8 de 09 - 02 - 2012
44/VIII/2012	Cria uma Comissão Eventual de Redacção.	Nº 18 de 20 - 03 - 2012
45/VIII/2012	Aprecia e aprova a petição subscrita por 1.132 cidadãos nacionais residentes na Ilha do Sal.	Nº 18 de 20 - 03 - 2012
47/VIII/2012	Cria uma Comissão Eventual de Redacção.	Nº 27 de 11 - 05 - 2012
48/VIII/2012	Aprova a Conta do Estado referente ao exercício económico do ano de 2008.	Nº 27 de 11 - 05 - 2012
49/VIII/2012	Aprova a Conta do Estado referente ao exercício económico do ano de 2009.	Nº 27 de 11 - 05 - 2012
50/VIII/2012	Aprova, para ratificação, a Convenção entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da Região Administrativa Especial de Macau para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre o Rendimento.	Nº 28 de 14 - 05 - 2012
51/VIII/2012	Aprova, para ratificação, o Acordo de Parceria entre os Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados Membros, assinado em Cotonou, em 23 de Junho de 2000.	Nº 30 de 24 - 05 - 2012
52/VIII/2012	Cria uma Comissão Eventual para a elaboração do Projecto de Regimento da Assembleia Nacional.	Nº 30 de 24 - 05 - 2012
53/VIII/2012	Cria uma Comissão Eventual de Redacção.	Nº 36 de 21 - 06 - 2012

Nº do Diploma	Assunto	Boletim Oficial
54/VIII/2012	Fixa o estatuto remuneratório dos membros do Conselho Regulador da Autoridade para a Comunicação social.	Nº 36 de 21 - 06 - 2012
55/VIII/2012	Cria uma Comissão Eventual de Redacção.	Nº 48 de 16 - 08 - 2012
56/VIII/2012	Aprova, para ratificação, o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 10 de Dezembro de 2008.	Nº 48 de 16 - 08 - 2012
57/VIII/2012	Aprova, para ratificação, o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira entre a República de Cabo Verde, a República da Gâmbia, a República da Guiné-Bissau, a República da Guiné, a República Islâmica da Mauritânia e a República do Senegal, por um lado, e o Reino da Noruega por outro lado.	Nº 48 de 16 - 08 - 2012
58/VIII/2012	Aprova, para ratificação, o Acordo Quadro de Cooperação Sub-Regional entre os Governos da República de Cabo Verde, da República da Gâmbia, a República da Guiné-Bissau, a República da Guiné, a República Islâmica da Mauritânia e da República do Senegal sobre o estabelecimento dos limites exteriores da plataforma continental.	Nº 48 de 16 - 08 - 2012
59/VIII/2012	Aprova, para ratificação, a Convenção para a Cooperação em matéria de Protecção e Desenvolvimento do Meio Marítimo e Litoral da região da África Ocidental e Central e Protocolo de 1981.	Nº 49 de 21 - 08 - 2012
60/VIII/2012	Reconhece a qualidade de beneficiário dos direitos referidos nas alíneas a) a g) do número 1 do artigo 6º da Lei n.º 82/VI/2005, de 12 de Setembro, a alguns cidadãos.	Nº 49 de 21 - 08 - 2012